



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE TEOLOGIA

Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

BRUNO JOSÉ DA SILVA PIRES

A ESTRUTURA FAMILIAR NA SOCIEDADE

Abordagem teológica, pedagógica e didática do tema da família. Contributo para unidade letiva “A família comunidade de Amor” do 5ºano do Ensino Básico do programa de Educação Moral e Religiosa Católica.

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof. Doutora Maria Isabel Pereira Varanda**

Braga

2015

“O homem é essencialmente um ser social;
com maior razão, pode-se dizer que é um ser familiar.”

S. João Paulo II

Aos meus pais pelo dom da vida.

À Vanessa, minha esposa, pela paciência, compreensão e disponibilidade.

Um bem-haja a todos, nomeadamente à prof. Doutora Isabel Varanda e ao Dr. Alberto Pais
pela persistência e amizade disponibilizada.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPITULO I – A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA FAMILIAR E O SEU ORDENAMENTO NO CÓDIGO CIVIL E CANÓNICO	9
1. A família em mudança na sociedade	9
<i>1.1. Perspetiva cultural</i>	11
<i>1.2. Evolução cultural da família nos séculos XX e XXI</i>	13
<i>1.3. Os novos modelos familiares</i>	15
2. O matrimónio no direito civil e no direito canónico	22
<i>2.1. O matrimónio no código civil português</i>	22
<i>2.2. O matrimónio no código de direito canónico</i>	23
<i>2.2.1. A comunhão de vida no matrimónio</i>	24
<i>2.2.2. O contrato e o sacramento no matrimónio canónico</i>	25
<i>2.2.3. O matrimónio como estrutura da família</i>	27
<i>2.3. O matrimónio como comunhão de vida no direito civil e canónico</i>	29
<i>2.3.1 O matrimónio como elemento procriativo entre Direito Canónico e Direito Civil</i>	29
<i>2.3.2. O divórcio no matrimónio canónico e no matrimónio civil</i>	30
3. Em síntese	31
CAPITULO II – A FAMÍLIA À LUZ DA BÍBLIA E DO MAGISTÉRIO DA IGREJA ..	32
1. A Família na Bíblia	33
<i>1.1. A família no Antigo e no Novo Testamento</i>	33
<i>1.2. O homem e a mulher como seres teológicos na Bíblia</i>	38
<i>1.3. A família, na Bíblia, como sacramento</i>	41
2. A família nos documentos do Magistério nos séculos XX e XXI	43
<i>2.1. A família na Gaudium et Spes de 7 de dezembro de 1965</i>	43
<i>2.2. A família na “Familiales Consortio” de 22 de novembro de 1981</i>	46
<i>2.3. A família no III Sínodo Extraordinário dos Bispos de 5 a 19 outubro de 2014</i> .	49
3. Em síntese	53

CAPÍTULO III – A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA E A UNIDADE LETIVA Nº3 DO 5º ANO “A FAMÍLIA COMUNIDADE DE AMOR”	54
1. Contextos de lecionação	54
1.1. <i>Apresentação da Escola</i>	54
1.2. <i>Caraterização da Turma</i>	57
1.3. <i>O estado, a liberdade de ensino e a disciplina de EMRC</i>	58
1.3.1. <i>O estado e a liberdade de ensino</i>	58
1.3.2. <i>A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica</i>	61
2. A UNIDADE LETIVA “A FAMÍLIA COMUNIDADE DE AMOR” DO 5.º ANO DE ESCOLARIDADE	62
2.1. <i>A planificação</i>	62
2.1.1. <i>Aula n.º1, Início da unidade letiva “A família comunidade de amor” O conceito de família. Diferentes tipos de organização familiar</i>	64
2.1.2. <i>Aula n.º2 a importância do bem-estar familiar, para a função socializadora da família</i>	65
2.1.3 <i>Aula n.º3 a família de Jesus de Nazaré</i>	66
2.1.4 <i>Aula n.º4 os valores da vida familiar</i>	67
2.1.5 <i>Aula n.º5, o lugar dos mais velhos no ambiente familiar</i>	68
CONCLUSÃO	80
BIBLIOGRAFIA	82
ANEXOS	86

INTRODUÇÃO

Viver em família é uma virtude nos tempos atuais.

Abordar o tema da família é sempre complicado, implica falar de um conjunto de pessoas com os mesmos laços de sangue. Talvez, neste assunto fosse mais fácil utilizar o provérbio, “vale mais um exemplo do que mil palavras”, já que este assunto é muitas vezes corrompido pela mundanidade em que as famílias vivem.

Este relatório de Prática de Ensino Supervisionada que aqui apresento é o culminar desta realidade, que o contexto escolar atual transmite e de um acontecimento que me marcou na escola.

O tema da aula era “a figura de S. José” para abordar o dia do pai que se celebrava. Estávamos a falar da importância do pai nas nossas vidas, recordando o que ele faz, quando de repente um aluno pede para sair. Discretamente, pedi a uma assistente operacional que acompanhasse o aluno para fora da aula.

No final da aula, o aluno contou-me que o pai para ele não existia, pois abandonara a família por outra mulher.

Fiquei completamente perplexo, e percebi que as temáticas lecionadas nas aulas de Educação Moral e Religiosa Católica vão mais além que simples matérias. Abordam assuntos que apoquentam os alunos, mexem com as suas emoções, os seus pensamentos e as suas vocações. Cheguei à conclusão que, por vezes, um minuto de uma aula pode ser mais valioso do que um dia completo de leção. A escolha do presente trabalho, “A estrutura familiar na sociedade”, é fruto do anterior acontecimento e ainda resultado de uma análise teológica, pedagógica e didática da unidade letiva “A família comunidade de amor”, que foi lecionada no quinto ano.

A reflexão apresentada ao longo deste trabalho é também ela uma proposta de constituição de união familiar. Ao olharmos para a sociedade atual, deparamo-nos com a biparentalidade tradicional, entre homem e mulher, com a biparentalidade, entre dois homens ou duas mulheres, e com a monoparentalidade, consequência dos divórcios, o que obriga a uma diversificação de estratégias e insistências.

A transformação da cultura familiar e o seu ordenamento civil e canónico é o primeiro capítulo do trabalho. O contexto social da família ao longo dos séculos, e as várias transformações são um dos grandes desafios para a sociedade atual e para a Igreja. Como consequência desta transformação é apresentado o matrimónio, contrato que origina a união familiar tanto no matrimónio civil como no matrimónio canónico. Complementando este

assunto, de forma a contextualizá-lo serão abordadas as diferenças, entre ambos, desde a função procriativa até à questão do divórcio.

Ao longo do segundo capítulo, “A família à luz da Bíblia e do Magistério da Igreja”, será exposta uma fundamentação bíblica e doutrinal do tema, onde o amor de Deus pelo Homem é apresentado na aliança, entre Deus e o próprio Homem no Antigo Testamento, e entre Jesus Cristo e a Igreja, no Novo Testamento. A exemplificação deste amor é celebrada na união entre um homem e uma mulher, a que a Igreja designa por sacramento.

Numa segunda parte, deste mesmo capítulo será reforçada esta perspetiva com os documentos do Magistério da Igreja, a *Gaudium et Spes*, a *Familiaris Consortio* e o *III Sínodo Extraordinário dos Bispos sobre os desafios pastorais da família*.

O terceiro e último capítulo é inteiramente dedicado à Prática de Ensino Supervisionada, no Agrupamento de Escolas Emídio Garcia. Esta *práxis* subdivide-se em dois momentos, o contexto da lecionação, onde se apresenta a escola, a turma e importância da liberdade de ensino no estado, onde se inclui a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, como um auxílio às famílias na transmissão dos valores essenciais ao crescimento humano, e, por último, é abordada a unidade letiva “a família comunidade de amor”, na turma do 5º E, com a apresentação das planificações das cinco aulas de quarenta e cinco minutos, apresentando as estratégias, e os recursos a utilizar ao longo da lecionação para o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem.

Refletindo que a família é uma estrutura de apoio aos valores sociais podemos confiar a esta a oportunidade de conquistar o possível lugar no futuro, através do amor, da ética e dum estilo de vida, marcado pela comunhão cristã.

CAPITULO I – A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA FAMILIAR E O SEU ORDENAMENTO NO CÓDIGO CIVIL E CANÓNICO

Ao longo dos séculos, a família tem sido instrumento de vários estudos, reflexões e pensamentos. Começando pela igreja, passando pela sociologia ou pela política, a família é elemento fundamental para a existência e prosperidade da sociedade.

Ao longo do 1º Capítulo, abordaremos as principais temáticas que envolvem a família, as suas funções e as suas problemáticas na sociedade. Esta exposição desenvolver-se-á em duas partes: a transformação da cultura familiar, onde a obra “*Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*”¹ da Doutora Maria Engrácio Leandro será a par dos censos de 2011 o instrumento principal de trabalho e o ordenamento familiar no *Código de Direito Canónico e Código Civil Português*, conjunto de leis que orientam a família ao nível do matrimónio como sacramento e do matrimónio civil.

“A família constitui a mais pequena e primordial comunidade humana sempre foi considerada como a primeira e fundamental expressão da natureza social do homem. No seu núcleo essencial, esta visão não mudou nos nossos dias. A família é realmente uma comunidade de pessoas, para quem o modo próprio de existirem e viverem juntas é a comunhão: comunhão de pessoas”².

1. A família em mudança na sociedade

Até à primeira metade do século XX, na Europa, o conceito família parecia não ser problema. De um país para outro, de um grupo social para o outro, excetuando pequenas variações, o modelo de família era admitido e geralmente praticado. Ao mesmo tempo, os índices demográficos estavam estabelecidos num nível que permitia a renovação das gerações. A família parecia estabilizada e raramente os meios de comunicação social ofereciam debates sobre ela.³

O tempo de toda esta indiferença passou. As ciências humanas investem cada vez mais neste tema. A sociedade e a Igreja questionam-se, os colóquios sobre o assunto multiplicam-se, as comissões internacionais relacionadas com a família são

¹ Cf. Maria Engrácia LEANDRO, *Sociedade da família nas sociedades contemporâneas*, Editora Universidade Aberta, Lisboa, 2001.

² JOÃO PAULO II, *Carta do Papa às famílias*, 2 fevereiro 1994, n.7.

³ Cf. Maria Engrácia LEANDRO, “Transformações da família na história do ocidente”, in *Theologica*, II série, Vol. XLI. 1(2006), 67.

cada vez mais, as averiguações e outros meios de investigação sucedem-se.

“Com efeito, a família tem atravessado todas as épocas de profundas transformações políticas, económicas e sociais que, no caso das sociedades ocidentais, foram passando do domínio das organizações estatais de poderes centralizados para sistemas mais democráticos em que se valoriza, predominantemente, a liberdade, a racionalidade, a igualdade de oportunidades e o indivíduo, ao mesmo tempo que se faz a transição da economia camponesa para a economia industrial e para a terciária, como acontece atualmente com a intensificação da urbanização das sociedades contemporâneas”⁴.

No domínio sociológico, a família ganha cada vez mais impacto, sendo já vários os trabalhos de especialização realizados neste campo. Ao mesmo tempo, a família penetra em todo o universo dos meios de comunicação social. Por exemplo as capas de certas revistas e filmes encontram na família imagens capazes de seduzir o público. E todas as publicações apresentam a família como um valor não ultrapassado por qualquer outro.

“A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado”⁵.

Temos de reconhecer que tudo mudou. Os modelos culturais do século XX deixaram de ser dominantes. As normas tradicionais começaram a deixar de ser seguidas. O que era proibido é, pelo menos, tolerado. O excepcional de ontem começou a ser banal nos nossos dias. Em suma, na primeira década do século XXI as transformações ocorridas foram mais importantes que antes o eram num século, a tal ponto que os adultos de hoje têm dificuldade em encontrar nos seus filhos as imagens da sua juventude.

Esta transformação tem desconcertado até os especialistas das questões familiares. O casamento é, ao mesmo tempo, exaltado e desvalorizado e a família, que parecia uma instituição segura, é atingida por uma mutualidade que se tem acentuado cada vez mais. Todavia, esta mudança é, sobretudo, de índole institucional, não pondo em causa a existência da família.

“A mudança antropológico-cultural influencia hoje todos os aspetos da vida e exige uma

⁴ *Ibidem*, 63.

⁵ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, Artº 16.

abordagem analítica e diversificada. Sublinham-se em primeiro lugar os aspetos positivos: a maior liberdade de expressão e o melhor reconhecimento dos direitos da mulher e das crianças, ao menos nalgumas regiões. Mas, por outro lado, há também a considerar o crescente perigo, representado por um individualismo exasperado, que desnatura os laços familiares e acaba por considerar cada componente da família como uma ilha, fazendo prevalecer, em certos casos, a ideia de um sujeito que se constrói segundo os próprios desejos, tomados como um absoluto. A isso acresce-se também a crise de fé, que atingiu tantos católicos e que muitas vezes está na origem das crises do matrimónio e da família”⁶.

Com efeito, uma visão retrospectiva permite-nos constatar que a família, nas sociedades atuais, tem passado por diversas transformações, nas suas várias formas de organização económica e social. Daqui resulta que não se pode, praticamente, falar de família em geral, mas somente de modelos de família, tão numerosos quanto as regiões, as épocas históricas e os estratos sociais.⁷

A família tem atravessado todas as épocas em que ocorreram profundas transformações políticas, económicas e sociais que, no caso das sociedades ocidentais, foram passando do domínio das organizações estatais de poderes centralizados para sistemas mais democráticos em que se valoriza, predominantemente, a liberdade, a racionalidade, a igualdade de oportunidades e o indivíduo, ao mesmo tempo que se faz a transição da economia camponesa para a economia industrial e para a terciária, como acontece atualmente com a intensificação da urbanização das sociedades contemporâneas.⁸

1.1. Perspetiva cultural

Atentemos na realidade histórica, para melhor podermos compreender as mudanças que se operam no presente e que deixam vislumbrar alguns indícios para o futuro.

No sentido mais imediato e em todas as épocas e sociedades, a família estabelece um sistema de parentesco fundado sobre os laços de aliança, no caso dos cônjuges, e dos laços de sangue no que se refere aos ascendentes e aos descendentes. Digamos que os primeiros são sociais, institucionais e afetivos e os segundos de

⁶ III ASSEMBLEIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS, Os desafios pastorais da família, Paulinas, n.5.

⁷ Cf. Maria Engrácia LEANDRO, “Transformações da família na história do ocidente”, in *Theologica*, II série, Vol. XLI, 1, 2006, 69.

⁸ Cf. *Ibidem*, 53.

ordem biológica, numa relação entre pai, mãe e filhos.⁹

Trata-se, portanto, de um grupo que é formado pelos ascendentes e descendentes, no caso da família nuclear. Em sentido lato, no caso da família alargada, acrescentam-se também os colaterais e de ascendentes mais distantes, que normalmente se reúnem na mesma habitação. Todavia, em qualquer dos casos, trata-se de um conjunto de pessoas que partilham o mesmo espaço de vida, que se querem unidas para o melhor e para o pior. Importa referir que a família tem sido, ao longo dos tempos, um sinónimo de segurança e a casa familiar como um lugar de proteção contra as agressões exteriores. E isto em qualquer tipo de sociedade.¹⁰

É, contudo, a organização, as suas funções e a distribuição dos papéis no interior deste grupo que tem variado ao longo dos tempos e dos contextos sociais.

Nos anos cinquenta, segundo Maria Engrácia Leandro, uma das teses que produziu maior impacto nesta matéria, foi a de Talcon Parsons que se incorpora com a sociedade portuguesa, uma sociedade que tende, cada vez mais, a seguir os modelos das sociedades ocidentais industrializadas.¹¹

Os processos económicos segmentam a família. Por um lado, isolando-a da sua rede de parentesco e, por outro, reduzindo-a à sua dimensão de grupo doméstico, a um casal conjugal com um pequeno número de filhos. Este grupo constitui apenas uma unidade de residência e de consumo. Ele perdeu as suas funções de produção, as suas funções políticas e religiosas. Ele partilha as suas responsabilidades financeiras e educativas com outras instituições: os serviços sociais, as escolas, o grupo dos pares, os grupos de lazer, os hospitais, os meios de comunicação social, entre outros.¹²

A principal função que lhe resta é a educação dos filhos e o equilíbrio psicológico dos adultos. Este grupo doméstico, isolado dos parentes, fundamenta-se no casamento. Este associa os parceiros que se escolheram livremente. O facto de o jovem aceder agora a um salário autónomo e individualizado permite-lhe escapar mais à tutela dos pais em matéria da escolha do cônjuge.¹³

Neste sentido podemos dizer que a escolha do cônjuge continua ainda a ser de carácter homogéneo e não absolutamente livre. O mesmo se diga no que se refere às relações com a família alargada. A família nuclear, mesmo nas grandes cidades,

⁹ Cf. Maria Engrácia LEANDRO, *Sociedade da família nas sociedades contemporâneas*, Editora Universidade Aberta, Lisboa, 2001, 65.

¹⁰ Cf. *Ibidem*, 63.

¹¹ Cf. *Ibidem*, 148.

¹² Cf. *Ibidem*, 144.

¹³ Cf. *Ibidem*, 145.

continua a ter com os parentes familiares relações privilegiadas.¹⁴

Os papéis de homem e mulher, no interior da família são bastante diferenciados. Ao pai compete o papel "instrumental" de ligação com a sociedade e, em primeiro lugar, prover de bens materiais a família, enquanto à mulher cabe o papel "expressivo" no interior da família. Assim o papel instrumental do homem é constituído, antes de mais, pelo exercício de uma profissão que é o critério mais importante para determinar o estatuto social da família na sociedade, tomada no seu conjunto. Ser o ganha-pão da família é, nesta conceção, o papel primordial do homem adulto. Daqui resulta que a participação do marido nas tarefas domésticas seja mínima e que o lar e a criança sejam as principais atividades da mulher. Em compensação, a mulher é a que exprime melhor a vida afetiva da família, estando mais próxima das crianças e do pai. Desde a mais tenra idade, esta vai interiorizando uma visão do ser homem e ser mulher... e por aí adiante.¹⁵

Se é verdade que este tipo de estrutura familiar, caracterizado por uma divisão rígida dos papéis masculino e feminino, foi predominante ao longo dos séculos, nas sociedades que temos vindo a analisar, também não é menos verdade que a entrada em força da mulher no universo do trabalho profissionalizado e a emergência de vários movimentos em favor da libertação e emancipação da mulher têm vindo a abalar o modelo até então praticado. Deste modo o duplo papel deixou de recair unicamente na mulher, e a ideia de combinar o emprego renumerado com o parentesco é um elemento da qualidade de vida a que todos têm direito de acesso. Em consequência, tem sido abolida a exclusividade do duplo papel familiar e profissional que assentava, até aqui, na mulher e foi preciso criar estruturas sociais que permitissem a esta trabalhar no exterior e ao marido ocupar-se também dos filhos e das tarefas domésticas. Assim, a flexibilidade e divisão das tarefas entre os cônjuges acabaram por substituir a antiga segregação dos papéis.¹⁶

1.2. Evolução cultural da família nos séculos XX e XXI

Uma das transformações socioculturais mais significativas que se operou no século passado nas sociedades ocidentais, relaciona-se com a posição da mulher na sociedade.¹⁷ Falando do caso português, nesse período, deu-se a entrada, em grande

¹⁴ Cf. *Ibidem*, 205-207.

¹⁵ Cf. *Ibidem*, 148-149.

¹⁶ Cf. *Ibidem*, 196 -199.

¹⁷ Cf. *Ibidem*, 70.

escala, da mulher no universo do trabalho profissionalizado. E isto deveu-se principalmente a cinco grandes fatores: a guerra no ultramar, a emigração, a abertura do mercado de trabalho, as exigências do orçamento familiar e a crescente mudança das mentalidades. Esta nova situação veio, de algum modo, alterar não só a relação de forças no interior da família no que se refere à relação homem-mulher, mas alargar o universo das relações sociais externas, criar novos modelos de educação para os filhos e criar novas imagens destes, relativas aos seus pais.¹⁸ Por exemplo, o papel de ganhador deixa de ser atribuído exclusivamente ao pai e, neste sentido, valoriza-se também a imagem da mãe.

Ao mesmo tempo, o acesso da mulher a um salário próprio, em consequência do seu trabalho, torna-a mais independente do marido e confere-lhe um grau de maior autonomia que não se reflete apenas no aspeto económico, mas na sua vida em geral.

Não menos significativo para a mudança das mentalidades e dos comportamentos na época referida, é o acesso mais alargado tanto do homem como da mulher à escolarização.¹⁹ O simples facto de saber ler e escrever permite dominar o desconhecido e o prolongamento da escolarização em pé de igualdade, entre o homem e a mulher, permite a um e a outra, e aos dois em conjunto, uma melhor reflexão sobre as suas condições sociais de existência.²⁰

Para além disso, a divulgação e a eficácia dos meios anticoncetivos veio trazer à mulher, em particular, e à família em geral, a possibilidade de controlar eficazmente a sua fecundidade e natalidade.²¹

Na família tradicional, casamento e fecundidade não se dissociavam “o que Deus uniu não separe o homem” (Mt 19,7)²². Quem se casava, salvo raras exceções, tinha rapidamente o seu primeiro filho. Daí que, em muitas épocas históricas, a prática dos casamentos tardios fosse um meio utilizado para fazer baixar a natalidade. Isto indica que a vontade de controlar o número de filhos por família, nas sociedades ocidentais, não é uma inovação ou uma invenção das sociedades modernas.²³

Pode dizer-se que a fecundidade é atualmente, medida pela vontade e pelo desejo de ter um filho e menos pela vontade de Deus em dar os filhos que se querem, ou pelo

¹⁸ Cf. *Ibidem*, 92-93.

¹⁹ Cf. Maria Engrácia LEANDRO, “Transformações da família na história do ocidente”, in *Theologica*, II série, Vol. XLI. 1, 2006, 69.

²⁰ Cf. *Ibidem*, 70.

²¹ Cf. *Ibidem*, 70.

²² As citações bíblicas utilizadas em todo o trabalho correspondem à seguinte tradução: Herculano ALVES (coordenação), *Bíblia*, Difusora Bíblica, Fátima, 2008.

²³ Cf. Maria Engrácia LEANDRO, *Sociedade da família nas sociedades contemporâneas*, Editora Universidade Aberta, Lisboa, 2001, 80.

acaso das circunstâncias.

Em Portugal, a taxa de fecundidade passou de 3,02, em 1960, para 2,2, em 1989.²⁴

Uma análise rápida poderia fazer pensar que a baixa de natalidade teria contribuído para um equilíbrio da população em termos demográficos. Muito pelo contrário, uma análise mais profunda mostra que foram sobretudo as atitudes e os comportamentos que mudaram perante a fecundidade e a natalidade sem qualquer preocupação de ordem coletiva.

Assim, a família numerosa parece incompatível com a finalidade primária dos cônjuges: a sua própria felicidade.²⁵

Criar os filhos, implica uma mobilização permanente dos pais nos primeiros anos do casamento de forma que os esposos de hoje não parecem decididos a enveredar por esta via.²⁶ Podemos, pois, dizer que a mudança de comportamentos em relação à natalidade está ligada às mudanças socioculturais operadas na sociedade dos nossos dias e à eficácia dos meios anticonceptivos, o que leva à recusa da “vontade de Deus”. Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus. Ele criou o homem e a mulher: Deus abençoou-os dizendo: “crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra” (Gn 1,26-28).

Podemos, pois, dizer que todo este conjunto de mutações tem provocado transformações profundas no seio da instituição familiar, mas nem por isso tem diminuído a importância e o impacto social da família enquanto grupo social organizado. Convém lembrar que, apesar de todas as instituições que colaboram com a família nas tarefas educativas, todas as sociedades confiam à família uma tarefa sociocultural importante porque é na família que toda a criança recebe os primeiros elementos de socialização e que recebe os primeiros elementos linguísticos.²⁷ Contra todos os pessimismos em relação às transformações que atingem a família hodierna, ela continua a ser por excelência o local da transmissão cultural e da partilha, pese embora a diversidade dos modelos familiares na sociedade dos nossos dias.

1.3. Os novos modelos familiares

Atentemos na ideia de que a família nuclear, normalmente caracterizada por uma

²⁴ Cf. *Ibidem*, 96.

²⁵ Cf. *Ibidem*, 73.

²⁶ Cf. *Ibidem*, 74.

²⁷ Cf. *Ibidem*, 88-89.

relação triangular entre o pai, a mãe e os filhos, não é uma invenção do século XXI, embora fosse a partir desta época que ela se tornou predominante. Os papéis e as relações entre os diversos elementos da família são rigorosamente definidos pela instituição e acatados pela maioria. Os estatutos, parecendo definidos de uma vez por todas, permitem esperar comportamentos estáveis que se transmitiriam de geração em geração. Porém atendendo aos índices demográficos e à realidade dos países mais desenvolvidos no que toca às atitudes e aos comportamentos em relação à família, somos obrigados a constatar que houve transformações profundas ao longo das últimas décadas.

No século XX, dois acontecimentos centrais marcam a evolução dos comportamentos familiares: a entrada massiva das mulheres no universo de trabalho profissionalizado e o controlo da fecundidade.²⁸

O trabalho profissional assegura à mulher uma maior autonomia em relação ao marido.²⁹ Ao mesmo tempo, por força dos movimentos sociais favoráveis à igualdade entre o homem e a mulher, as leis civis modificam-se e contemplam as novas exigências. Neste sentido, vão-se criando outras condições de vida para a mulher, para que possa ser igual ao homem. Para o conseguir era necessário que ela controlasse também a sua fecundidade, o que foi alcançado com a difusão dos meios anticontraçativos.³⁰

Em consequência da evolução verificada, a respeito da atividade feminina e da fecundidade, podemos dizer que, de maneira geral, os novos modelos familiares se revestiam de maior impacto e, em alguns casos, atingiram grandes níveis nos países onde a emancipação da mulher tem sido mais efetiva, isto é, onde tem encontrado condições mais propícias para a sua realização.

A ordem das transformações é análoga e atinge sucessivamente a entrada massiva da mulher no universo do trabalho profissionalizado, a fecundidade, o divórcio, as uniões consensuais, primeiro sem filhos e depois com filhos.³¹

Não podemos, no entanto, deixar de ter em conta que as articulações entre alguns destes fenómenos têm também a ver com algumas características regionais. Estão nesta situação as famílias recompostas.

“Uma família recomposta compreende um casal de adultos, casados ou não, e ao

²⁸ Cf. *Ibidem*, 69.

²⁹ Cf. *Ibidem*, 70.

³⁰ Cf. *Ibidem*, 73.

³¹ Cf. III ASSEMBLEIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS, *Os desafios pastorais da família*, Paulinas, n.6.

menos um filho de uma união precedente de um dos cônjuges. Vemos, pois, que esta família é a partir do filho e não do casal que é definida, o que a distingue da família dita “normal”. Tem as mesmas estruturas e porventura, os seus elementos exercem as mesmas tarefas e são objeto de atribuições idênticas. Porém, não é original, é reorganizada a partir de elementos filiais pré-existentes à relação a pelo menos um dos cônjuges”³².

Este comportamento da reestruturação familiar, não apresenta qualquer novidade em relação ao passado, mesmo nas sociedades mais desenvolvidas. Mas a questão não deixa de ser pertinente no seio da sociedade portuguesa, ainda que outros fatores se agreguem, no casamento legítimo e às uniões de facto. Há um facto inegável: independentemente das pertenças sociais, as uniões de fato também têm aumentado em Portugal à semelhança dos outros países europeus, ainda que as uniões de facto assumam nesses países, maiores proporções e atinjam outros grupos sociais.

Isto permite-nos avançar com a ideia de que para a difusão de um modelo social, não basta apenas a sua praticabilidade. É necessário também que as instituições, que o tornam menos viável, vão perdendo o seu impacto social junto dos grupos sociais que os praticam, isto é, que diminua a crença que legitima as instituições anteriores.

Os dados disponíveis permitem concluir que, em cinquenta anos, a taxa de nupcialidade bruta caiu mais de metade em Portugal.

Por exemplo, a taxa de nupcialidade em 1960 era de 7,8 e em 2012 é de 3,3.³³

A taxa de divórcio é de 1,1 em 1960 e de 73,7 em cada cem casamentos.³⁴

O índice de nascimentos fora do casamento, ainda segundo a mesma ordem, é de 20221 e de 40950 respetivamente.³⁵

De tudo isto resulta que a emergência de condições que tornam possíveis certas práticas sociais, praticamente inexistentes anteriormente, como o reconhecimento de um estatuto mais igualitário entre o homem e a mulher, o desaparecimento de interdições tradicionais, a mudança de atitudes, constituem todo um conjunto de fatores, intimamente ligados que explicam um movimento iniciado no centro da Europa, e estendido progressivamente, ao resto da Europa, embora com algumas características regionais.

Podemos, no entanto, afirmar que a família se mantém, as crianças nascem em

³² Maria Engrácia LEANDRO, *Sociedade da família nas sociedades contemporâneas*, Editora Universidade Aberta, Lisboa, 2001, 274.

³³ <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+bruta+de+nupcialidade-530>

³⁴ <http://www.pordata.pt/Portugal/Numero+de+divorcios+por+100+casamentos-531>

³⁵ <http://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+de+maes+residentes+em+Portugal+total+e+fora+do+casamento>

maioria no interior de uma família nuclear constituída pelo pai, mãe e filhos, estes criados com muito desvelo e carinho. A grande maioria dos casais não se divorcia e a vida quotidiana desenrola-se segundo normas reguladoras. É, porém, inegável que o enfraquecimento dos antigos modelos não só mudou os comportamentos tradicionais como cedeu o passo à admissão de novos modelos e experiências.

No que toca à família monoparental, ela é constituída por um dos pais, normalmente a mãe, e pelos filhos, isto em consequência do divórcio, ou ainda por mães solteiras que em grande parte fizeram antes uma experiência de coabitação.³⁶

Convém referir que, neste caso, os laços de sangue, indeléveis, se impõem sobre os laços de aliança, e que o laço carnal que une os pais aos filhos pertence, por excelência à mãe. Não apenas por, ser co-transmissora do património genético que o filho herda dos pais, mas, sobretudo por ser ela o recetáculo da gestação. Acresce a estes fatores essa imemorável tradição de ser ela, a mãe, a mais dotada para a criação dos filhos de tenra idade, o que lhe dá preponderância quase inquestionável sobre o homem nesse e noutros domínios.

“O significado real destas mudanças é que queira aceitar-se ou não, a mãe aparece, cada vez mais, como elemento central da família. Mas não mais na lógica da mulher esposa-mãe-dona de casa, logo enquanto rainha do lar, mas mais sujeito ator de uma nova identidade que constrói na interconfluência de vários elementos sociais, económicos, culturais e familiares. Isto representa uma mudança radical na sociedade, onde tradicionalmente, a hierarquia patriarcal construía a trave mestra da sociedade”³⁷.

Estudos feitos nos países onde este fenómeno assume maior importância têm demonstrado que, no caso das famílias separadas, é à mãe que cabe a guarda das crianças.³⁸ Mais ainda, grande número de homens-pais deixam de ter contacto com os filhos, após a separação conjugal, o que provoca a principal doença da família contemporânea: a despaternalização.

“Paradoxalmente, uma relação largamente fundada na emancipação das mulheres provocará para estas responsabilidades e encargos mais pesados que para os homens. Ainda que o cônjuge participe mais nas tarefas domésticas, são elas que asseguram a

³⁶ Cf. Maria Engrácia LEANDRO, *Sociedade da família nas sociedades contemporâneas*, Editora Universidade Aberta, Lisboa, 2001, 272.

³⁷ *Ibidem*, 274.

³⁸ Cf. *Ibidem*, 273.

organização e que mantêm a superioridade dos cuidados a prestar aos filhos. Profissionalmente ativas, não deixaram de ser donas de casa”³⁹.

Tal situação verifica-se em todos os modelos de família hoje difundidos. A mãe aparece, cada vez mais, como a figura central da família. Isto representa uma mudança radical numa sociedade onde, tradicionalmente, a hierarquia patriarcal constituía a trave mestra das sociedades.

Em consequência da evolução verificada, acentua-se a responsabilidade da mãe na sua dupla função de *mater-pater* e, inversamente, a desresponsabilidade do pai, desinvestido do seu papel social de *pater* em relação à sua prole. E isto tanto sob o ponto de vista educativo como afetivo e socioeconómico.

“o rápido crescimento das separações dos casais, a generalização das guardas confiadas à mãe, seja a multiplicação das separações pais/filhos; este processo não pode ter deixado de provocar mudanças na educação das crianças e, em alguns casos, no seu desenvolvimento”⁴⁰.

Sem prejuízo das dificuldades e das incertezas que rodeiam os processos de divórcios, estes conduzem para um dos pais, por norma as mães, a formação da família monoparental. A constituição destas famílias são normalmente afetadas por uma maior vulnerabilidade económica, quando comparada com a família biparental.⁴¹ Ainda aqui os dados disponíveis e a observação da realidade permitem concluir que nas sociedades ocidentais se endossa à mulher uma maior responsabilidade que ao homem, em relação aos filhos, durante todo o seu processo de crescimento.

No que concerne à família recomposta⁴², esta pode apresentar diferentes configurações. A composição dominante é a de o homem e a mulher que partem para uma nova união, levando com eles os filhos das uniões anteriores. Neste caso, é frequente a coabitação de filhos de três proveniências diferentes: os das uniões anteriores e os que podem nascer da nova união.⁴³

Com o progressivo crescimento deste modelo de família, vemos renascer o fenómeno, que outrora estava ligado aos casos da viuvez e subsequente segundo

³⁹ Louis ROUSSEL, Le futur de la famille, in *Conference Proceedings - Actes de la conférence, Luxemburg*, du 27 au 29 de novembre, Luxemburg, Eurostat, 201.

⁴⁰ Evelyne SULLEROT, *Que pais? Que Filhos?*, Relógio D'água, Lisboa, 1993, 183.

⁴¹ Cf. JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, op. cit, n.84.

⁴² Cf. Maria Engrácia LEANDRO, *Sociedade da família nas sociedades contemporâneas*, Editora Universidade Aberta, Lisboa, 2001, 274.

⁴³ Cf. *Ibidem*, 275.

casamento: os meios-irmãos, o padrasto e a madrasta.⁴⁴ Só que, anteriormente, ele era a consequência de um estado que, muitas vezes, não era desejado. Agora ele é escolhido e assumido. Nestes casos, os filhos, no decorrer das trajetórias familiares, são hoje obrigados a contactar com vários parceiros conjugais e substitutos paternos: o marido da mãe, a esposa do pai. Este fenómeno não deixa de ter repercussões sobre as atitudes e os comportamentos de todos os indivíduos atingidos por esta nova rede de relações familiares e sociais.

Apesar de a família partilhar, cada vez mais, a educação da criança com outras instituições, a educação primária das crianças é obra sua. Deste modo, as certezas, as seguranças e inseguranças, as fragilidades, as hesitações e as ruturas, não deixam de se repercutir na formação das crianças e dos jovens. Certo que alguns resistem bem a estas mudanças e oscilações, mas outros há que experimentam sérias dificuldades e a socialização não é, hoje, tarefa fácil. De modo geral, os pais continuam a preocupar-se com os problemas dos filhos, mas estão, por vezes, desarmados para enfrentar as consequências dos novos comportamentos familiares e desafios sociais.⁴⁵

Segundo Maria Engrácio Leandro, Émile Durkheim, sociólogo francês, no século passado, falava da diferenciação dos comportamentos em relação ao casamento, à vida sexual e ao amor paternal, e dizia que havia um contraste entre a generalidade e simplicidade dos sentimentos que estão na base da vida doméstica e a extrema complexidade das formas que apresenta a organização familiar.⁴⁶

Esta diversidade tem como pano de fundo um modelo mais geral: a família conjugal, ainda que esta não mantenha hoje as mesmas características do passado. O homem e a mulher exercem uma profissão, contribuindo, igualmente, para a sua manutenção; os papéis masculinos e femininos estão mais esbatidos; o número de filhos diminuiu, as relações entre pais e filhos são menos pautadas pela hierarquia e autoridade, as preocupações com a educação escolar dirigem-se igualmente ao rapaz e à rapariga e, finalmente, investe-se bastante na construção de um projeto de felicidade recíproca, no qual, em virtude do aumento da esperança de vida, o casal viverá mais anos em conjunto, alargando, assim, o ciclo das suas relações intrafamiliares e intergeracionais.⁴⁷

Atentemos apenas em dois aspetos destas mutações: a fecundidade e a longevidade. No que se refere à diminuição da fecundidade, este fenómeno vem

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, 276.

⁴⁵ Cf. *Ibidem*, 276.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, 142.

⁴⁷ Cf. *Ibidem*, 139-140.

modificar as redes de relações intrafamiliares e os jovens que têm hoje 10 a 15 anos não terão mais de um irmão ou de uma irmã.

“nestas condições, e ao contrário do que acontece em famílias 'numerosas', eles serão incapazes de se tornarem em instâncias consistentes e suficientemente solidárias para limitar a dependência efetiva em relação aos pais. Psicólogos e sociólogos têm salientado as diferenças sensíveis que existem nos resultados da socialização, entre um quadro de educação onde o grupo de pares é importante e uma família restrita: no primeiro caso maior estabilidade, mas menos regalias; no segundo mais realização, menor integração social e maior fragilidade psíquica”⁴⁸.

Ao mesmo tempo a natalidade baixa tem como consequência uma progressiva diminuição do número de tios e tias, de primos e primas; os quais exerciam em outros tempos um papel importante na socialização das crianças e dos jovens.⁴⁹ Deste modo, podemos dizer que as relações colaterais terão, forçosamente, que diminuir e em contrapartida, assistimos a um refluxo dos investimentos afetivos nas relações ascendentes e descendentes, que tendem também a distender-se à medida que se avança para os pólos bisavós-bisnetos.⁵⁰

Um outro fenómeno que vem produzindo mudanças nas relações familiares prende-se com o aumento da esperança de vida.⁵¹

“A esperança de vida à nascença e em todas as idades aumentando e favorecendo o aumento da longevidade contribui para a emergência de novas formas de relação familiar e social na cadeia inter-gerecional. Havendo agora lugar para a coexistência de quatro gerações e, por vezes cinco, na mesma linha familiar, as sociedades, mais envelhecidas, tendem a ser multigeracionais, o que suscita novas questões sociais”⁵²

Nesta linha de ideias, é muito provável que na idade dos 50-60 anos uma mulher casada seja, ao mesmo tempo, solicitada pelos filhos, pelos netos e pelos pais e, a partir dos setenta, pelos bisnetos.⁵³ Por seu lado, as relações entre os bisavós e os bisnetos estão ainda mal

⁴⁸ Louis ROUSSEL, “O futuro da família”, in *Sociologia* 11, 1992, 170.

⁴⁹ Cf. Maria Engrácia LEANDRO, *Sociedade da família nas sociedades contemporâneas*, Editora Universidade Aberta, Lisboa, 2001, 283-284.

⁵⁰ Cf. *Ibidem*, 288.

⁵¹ Cf. *Ibidem*, 283.

⁵² Cf. *Ibidem*, 286.

⁵³ Cf. *Ibidem*, 287.

definidas, mas elas são, geralmente, distantes nestes dois pólos da cadeia geracional.⁵⁴ Com efeito, parece, à primeira vista, que o processo de transformação que se tem verificado no interior da família se estende também às relações intrafamiliares e entre gerações.

Neste sentido, repensar a família não permite fixarmo-nos apenas no grupo familiar em si mesmo. A família sempre foi, por excelência, o grupo onde a solidariedade entre gerações é a mais efetiva.⁵⁵

2. O matrimónio no direito civil e no direito canónico

O código civil português e o código do direito canónico, ordenam o matrimónio civil e o matrimónio canónico. Este último apresenta a perspetiva eclesial sobre o matrimónio como sacramento, afirmando-o indissolúvel.

2.1. O matrimónio no código civil português

Ao analisarmos o artigo 1577º do Código Civil, na redação dada pela Lei nº 9/2010 de 31 de maio, o casamento é definido como:

“O contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida”⁵⁶.

Ao descodificarmos esta definição de casamento concluímos que se trata de um vínculo assente em duas declarações de vontade própria emitidas por um homem e uma mulher, capazes mentalmente, segundo o código civil, de realizarem uma comunhão de vida.

O casamento civil aponta também para a comunhão de vida, pois para existir casamento tem que haver união entre duas pessoas. O artigo 1672º do código civil destaca essa união reforçando, ainda, a importância do reconhecimento dos elementos que são requeridos pelos cônjuges para constituir a plena comunhão de vida.

“Os deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência”⁵⁷.

⁵⁴ Cf. *Ibidem*, 292.

⁵⁵ Cf. *Ibidem*, 291.

⁵⁶ Cf. CÓDIGO CIVIL, Porto Editora, Porto, 2013 304.

⁵⁷ *Ibidem*, 321.

No que concerne ao dever de respeito, o legislador terá querido vincar que, para além de salvaguardar os direitos fundamentais, subsiste ainda a obrigação de salvaguardar os direitos conjugais e os interesses legítimos do outro cônjuge; o dever de fidelidade implica exclusividade de todo o relacionamento sexual com o outro cônjuge, mesmo que, entretanto, tenha ocorrido a separação.⁵⁸

O dever de coabitação abrange a obrigação que os cônjuges têm, salvas as obrigações profissionais, de residirem no mesmo lar, mas abrange, principalmente, as relações sexuais que constituem o dever de coabitação por excelência.⁵⁹

Quanto ao dever de cooperação importa sublinhar o artigo 1674º.

“A obrigação de socorro e auxílio mútuos e a de assumirem em conjunto as responsabilidades inerentes à vida da família que fundaram”⁶⁰.

Já o dever de assistência, transcrito no artigo 1675º, traduz a obrigação de prestar alimentos e de cooperar para os encargos da vida familiar, sendo um complemento do artigo 1674º.

“1- O dever de assistência compreende a obrigação de prestar alimentos e a de contribuir para os encargos da vida familiar.

2- O dever de assistência mantém-se durante a separação de facto se esta não for imputável a qualquer dos cônjuges.

3- Se a separação de facto for imputável a um dos cônjuges, ou a ambos, o dever de assistência é incumbido, em princípio, ao único ou principal culpado; o tribunal pode, todavia, excepcionalmente e por motivos de equidade, impor esse dever ao cônjuge inocente ou menos culpado, considerando, em particular, a duração do casamento e a colaboração que o outro cônjuge tenha prestado à economia do casal”⁶¹.

2.2. O matrimónio no código de direito canónico

O Código de Direito Canónico apresenta-nos no cânone 1055º, uma norma que

⁵⁸ Cf. Abílio NETO, *Código Civil Anotado*, Ediforum, Lisboa, 2013, 892.

⁵⁹ Cf. *Ibidem*, 893.

⁶⁰ *Ibidem*, 321.

⁶¹ *Ibidem*, 322.

constitui um verdadeiro manual, sobre o matrimónio.

“O pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si a comunhão íntima de toda a vida, ordenada por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à procriação e educação da prole, entre os batizados foi elevado por Cristo Nosso Senhor à dignidade de sacramento”⁶².

Esta primeira parte do cânone, altamente denso, propõe quatro pontos que importa realçar: o matrimónio, quanto à sua especificidade jurídica, é um pacto; inaugura institucionalmente uma comunhão íntima de vida; tal comunhão está dinamicamente orientada para a realização pessoal dos cônjuges e para a procriação e educação dos filhos; e, entre os batizados, é um sacramento.⁶³

2.2.1. A comunhão de vida no matrimónio

Ao compreender a união familiar como comunhão íntima de vida, implica reconhecer que, na sua dimensão institucional, se configura como um património de valores pessoais que se partilham.⁶⁴

Ao consultarmos o Código de Direito Canónico, não encontramos qualquer referência a esses valores. Desta forma, podemos nomear os valores humanos essenciais da vida adulta dos homens:

O equilíbrio e a maturidade. Deste modo, requer-se uma maturidade da conduta pessoal com domínio de si mesmo e que tal conduta possa permanecer com estabilidade.⁶⁵ Contemplando a necessidade absoluta deste valor humano, o Código de Direito Canónico, declara:

“Como incapazes de contrair matrimónio, os que carecem do uso suficiente da razão; os que sofrem de defeito grave de discricção do juízo acerca dos direitos e deveres essenciais do matrimónio, que se devem dar e receber mutuamente; e os que por causas de natureza específica não podem assumir as obrigações essenciais do matrimónio”⁶⁶.

⁶² CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, Braga, 1993, cânone 1055.

⁶³ Cf. Pedro LOMBARDIA, *Código de Direito Canónico Anotado*, tradução portuguesa de J. A. Marques, Braga, 1997, 782.

⁶⁴ Cf. Fredeirco AZNAR GIL, *Derecho Matrimonial Canónico* Vol. I: Cânones 1055-1094, Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, 2001, 26.

⁶⁵ Cf. José Gomes da SILVA MARQUES, *Direito Sacramental II*, Universidade Católica, Lisboa, 2004, 95.

⁶⁶ CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, Braga, 1993, cânone 1095.

Na relação íntima conjugal⁶⁷, o Código de Direito Canónico estatui que, para quem excluir a unidade ou a indissolubilidade, o matrimónio será inválido, tal como afirma o cânone:1101§2.

“Mas se uma ou ambas as partes, por um acto positivo de vontade, excluïrem o matrimónio ou algum elemento essencial do matrimónio ou alguma propriedade essencial, contraem-no invalidamente”⁶⁸.

Ou ainda se a pessoa permanecer afetada por uma doença psicosexual grave que a impeça de salvaguardar uma relação imparcial e heterossexual, como por hipótese, homossexualidade, lesbianismo, satiríase, ninfomania, sadismo, masoquismo, fetichismo, imoralidade, bissexualidade, personalidade, incesto.⁶⁹

O equilíbrio mental e de responsabilidade para colaborar suficientemente no desenvolvimento da vida conjugal e na sua sustentação. Integra-se, neste valor pessoal, o respeito pela consciência do outro cõnjuge, a aceitação da responsabilidade solidária por parte dos dois esposos, a responsabilidade dos cõnjuges pela vida material do lar, a estabilidade no trabalho.⁷⁰

O direito-dever de participar, cada um, segundo as suas possibilidades, no bem dos filhos, onde se destacam, a responsabilidade moral na geração dos filhos, na sua educação e na sua promoção humana.⁷¹

2.2.2. *O contrato e o sacramento no matrimónio canónico*

No Código de Direito Canónico, afirma-se um princípio jurídico que tem profundas inferências na disciplina do matrimónio. Trata-se da identidade essencial entre contrato e sacramento no matrimónio canónico que é formulado assim:

“entre batizados, não pode haver contrato matrimonial válido que não seja, pelo mesmo facto, sacramento”⁷².

As consequências derivadas da identidade entre contrato e sacramento são

⁶⁷ Cf. José Gomes da SILVA MARQUES, *Direito Sacramental II*, Universidade Católica, Lisboa, 2004, 238.

⁶⁸ CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, 1993, cânone 1101§2.

⁶⁹ Cf. Pedro LOMBARDIA, *Código de Direito Canónico Anotado*, tradução portuguesa de J. A. Marques, Braga, 1997, 816-817.

⁷⁰ Cf. José Gomes da SILVA MARQUES, *Direito Sacramental II*, Universidade Católica, Lisboa, 2004, 241-243.

⁷¹ Cf. *Ibidem*, 246-247.

⁷² CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, 1993, cânone 1055§2.

enormes. Tomamos como exemplo a seguinte hipótese: se dois batizados contraírem apenas o matrimónio civil, a Igreja ignora completamente tal matrimónio.

Desde os séculos XVII, a Igreja teve de se defrontar com as pretensões regalistas de bastantes estados europeus que reclamaram a competência do poder estatal sobre o matrimónio. A base de tal reivindicação assentava na possibilidade de se poder separar o matrimónio enquanto instituição civil do matrimónio sacramento.⁷³

Foi nesse ambiente de polémica travada com o Estado Regalista que começaram aparecer vozes célebres em favor da inseparabilidade do contrato e do sacramento no matrimónio dos batizados, como foram as intervenções de Leão XIII.⁷⁴

Após o concílio Vaticano II, por razões de índole pastoral, começou-se admitir a possibilidade de separação entre o contrato e o sacramento.⁷⁵

Não se tratava de discutir um problema de competências entre a Igreja e os Estados, mas de resolver determinadas situações pastorais bem complexas como o caso dos matrimónios de batizados que declaravam ter deixado de praticar a fé cristã ou mesmo ter deixado de ser crentes.

A Comissão Teológica Internacional, em 1977, publicou um parecer sobre esta questão, regressando à tese tradicional, isto é, da inseparabilidade entre contrato e sacramento, arguindo que o matrimónio canónico não é algo de accidental, que se acrescenta à instituição matrimonial, mas adere à sua essência, não podendo conceber-se um matrimónio que não seja sacramento.⁷⁶ Recebendo o baptismo, as personalidades dos contraentes são elevadas a uma condição sobrenatural e, por isso, conduzidas a uma união que envolve a oferta da vida de um ao outro, não pode deixar de ser um sinal da união de Cristo com a Igreja e, por isso, sacramento.

Das consequências da sacramentalidade do matrimónio emergem as duas propriedades essenciais: a *unidade* e a *indissolubilidade* que, conforme refere o direito canónico.

“em razão do sacramento, adquirem particular firmeza no matrimónio cristão”.⁷⁷

A unidade constitui, no sacramento do matrimónio, a realização de um contrato

⁷³ Cf. Fredeirco AZNAR GIL, *Derecho Matrimonial Canónico*, Vol. I: Cânones 1055-1094, Universidade Pontificia de Salamanca, Salamanca, 2001, 86.

⁷⁴ Cf. *Ibidem*, 89.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, 30.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, 92-93.

⁷⁷ CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, 1993, cânone 1056.

entre um homem e uma mulher, e impossibilita que uma pessoa possa compartilhar o vínculo matrimonial com várias.⁷⁸

A indissolubilidade, por sua vez, traduz-se no facto de o vínculo matrimonial validamente constituído só poder ser dissolvido pela morte de um dos cônjuges. Fala-se de indissolubilidade intrínseca para referir que o vínculo matrimonial não pode ser rompido pela vontade dos cônjuges; e extrínseca para assinalar que também não pode ser dissolvido pela autoridade pública.⁷⁹

A Igreja reconhece apenas a possibilidade de o vínculo matrimonial ser dissolvido pelo poder do Romano Pontífice, como Vigário de Cristo, no caso do matrimónio válido.⁸⁰

A indissolubilidade no sacramento do matrimónio distingue no casamento duas etapas essenciais: a própria celebração, *matrimonium in fieri*⁸¹, e a instituição familiar daí resultante, o *matrimomum in facto esse*⁸².

A indissolubilidade do matrimónio é sempre absoluta e é:

“um bem dos cônjuges, da prole e da sociedade”⁸³.

2.2.3. *O matrimónio como estrutura da família*

O Código de Direito Canónico, Livro IV, capítulo VII, afirma que o matrimónio, na sua configuração, estrutura a família para toda a vida.⁸⁴

O vínculo da natureza é exclusivo no matrimónio cristão. Os cônjuges são fortalecidos e consagrados por um sacramento para o dever e dignidade do seu estado matrimonial⁸⁵; marido e esposa gozam de iguais direitos e obrigações no que toca ao consórcio da vida⁸⁶; origina-se, para os pais, o dever e o direito de, na medida das suas forças, darem aos filhos a educação tanto física, social e cultural, como moral e

⁷⁸ Cf. Fredeirco AZNAR GIL, *Derecho Matrimonial Canónico*, Vol. I: Cánones 1055-1094, Universidade Pontificia de Salamanca, Salamanca, 2001, 62-64.

⁷⁹ Cf. *Ibidem*, 65-68.

⁸⁰ Cf. Pedro LOMBARDIA, *Código de Direito Canónico Anotado*, tradução portuguesa de José A. Marques, Braga, 1997, 876.

⁸¹ Cf. José Gomes da SILVA MARQUES, *Direito Sacramental II*, Universidade Católica, Lisboa, 2004, 40.

⁸² Cf. *Ibidem*, 41.

⁸³ CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965), in AAS 58 (1966), n.48.

⁸⁴ CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, Braga, 1993, cânones 857-890.

⁸⁵ Cf. *Ibidem*, 1134.

⁸⁶ Cf. *Ibidem*, 1135.

religiosa.⁸⁷

“Os pais, já que deram a vida aos filhos, têm a obrigação gravíssima e o direito de os educar; por consequência, aos pais cristãos compete primeiramente cuidar da educação dos filhos, segundo a doutrina cristã”⁸⁸.

Nas intervenções do Magistério da Igreja, como na constituição pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II apresenta-se o dever de educar os filhos como própria missão dos cônjuges:

“A família é como que uma escola de valorização humana. Para que esteja em condições de alcançar a plenitude da sua vida e missão, exige, porém, a benévola comunhão de almas e o comum acordo dos esposos, e a diligente cooperação dos pais na educação dos filhos. A presença activa do pai contribui poderosamente para a formação destes; mas é preciso assegurar também a assistência ao lar por parte da mãe, da qual os filhos, sobretudo os mais pequenos, têm tanta necessidade; sem descurar, aliás, a legítima promoção social da mulher. Os filhos sejam educados de tal modo que, chegados à idade adulta, sejam capazes de seguir com inteira responsabilidade a sua vocação, incluindo a sagrada, e escolher um estado de vida; e, se casarem, possam constituir uma família própria, em condições morais, sociais e económicas favoráveis. Compete aos pais ou tutores guiar os jovens na constituição da família com prudentes conselhos que eles devem ouvir de bom grado; mas evitem cuidadosamente forçá-los, directa ou indirectamente, a casar-se ou a escolher o cônjuge”⁸⁹.

Na Declaração *Dignitatis Humanis*, do mesmo Concílio, afirma-se que:

“A cada família, pelo facto de ser uma sociedade de direito próprio e primordial, compete o direito de organizar livremente a própria vida religiosa, sob a orientação dos pais. A estes cabe o direito de determinar o método de formação religiosa a dar aos filhos, segundo as próprias convicções religiosas. E, assim, a autoridade civil deve reconhecer aos pais o direito de escolher com verdadeira liberdade as escolas e outros meios de educação; nem, como consequência desta escolha, se lhes devem impor directa ou indirectamente, injustos encargos. Além disso, violam-se os direitos dos pais quando os filhos são obrigados a frequentar aulas que não correspondem às convicções

⁸⁷ Cf. *Ibidem*, 1136.

⁸⁸ Cf. *Ibidem*, 226§2.

⁸⁹ CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965), in AAS 58 (1966), n.52.

religiosas dos pais, ou quando se impõe um tipo único de educação, do qual se exclui totalmente a formação religiosa”⁹⁰.

2.3. O matrimónio como comunhão de vida no direito civil e canónico

Após uma reflexão repartida, em termos genéricos, do matrimónio como “comunhão de vida” no Direito Civil Português e no Direito Canónico, irei analisar ambos.

2.3.1 O matrimónio como elemento procriativo entre Direito Canónico e Direito Civil

A procriação no Código Civil não faz parte do conceito de casamento. A impotência, elemento importantíssimo no matrimónio canónico, não constitui um impedimento, e só conduz à anulação do casamento se for desconhecida do outro cônjuge, incurável e já existente antes do casamento.⁹¹ No matrimónio canónico, a impotência constitui um impedimento do matrimónio.

“A impotência antecedente e perpétua de realizar o acto conjugal, por parte do marido ou por parte da mulher; tanto absoluta como relativa dirime (torna nulo) o matrimónio pela própria natureza deste”⁹².

O cânone declara também, que a esterilidade não impede, nem anula o matrimónio⁹³. O Código de Direito Canónico distingue a impotência que consiste na incapacidade de realizar o ato sexual natural, da esterilidade que consiste na incapacidade da geração. A impotência consiste pois na impossibilidade de os cônjuges manterem uma relação sexual normal. A esterilidade resulta desse ato, ou de qualquer anomalia orgânica, da parte do homem ou da mulher⁹⁴.

O Direito Civil Português não apresenta como condição essencial e obrigação do matrimónio a procriação da prole. Já no Código de Direito Canónico, tal ordenação é exigência do matrimónio considerada como instituição natural.

⁹⁰ CONCÍLIO VATICANO II, Declaração *Dignitatis Humanae* (7 de dezembro de 1965), in *AAS* 58 (1966), n.526.

⁹¹ Cf. CÓDIGO CIVIL, Porto Editora, Porto, 2013, Artigos 1631 a 1646.

⁹² CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, Braga, 1993, cânone 1084 §1.

⁹³ Cf. LOMBARDIA, Pedro, *Código de Direito Canónico Anotado*, tradução portuguesa de J. A. Marques, Braga, 1997, 802.

⁹⁴ José Gomes da SILVA MARQUES, *Direito Sacramental II*, Universidade Católica, Lisboa, 2004,68-69.

“1. O consentimento interno da vontade presume-se conforme as palavras ou os sinais empregados ao celebrar o matrimónio.

2. Se uma ou ambas as partes, por um ato positivo da vontade, excluírem o próprio matrimónio ou algum elemento essencial do matrimónio ou alguma propriedade essencial, contraem-no invalidamente”⁹⁵.

Esta norma aborda também a questão da simulação.

Na omissão da unidade do matrimónio ou da indissolubilidade, o matrimónio é declarado como nulo.⁹⁶

A ordenação do matrimónio para a procriação é um dos elementos essenciais do matrimónio canónico. No matrimónio civil tal ordenação não é relevante. Aqui reside uma das grandes diferenças, entre o direito civil e canónico

2.3.2. *O divórcio no matrimónio canónico e no matrimónio civil*

No Código Civil, os artigos 1775º a 1778º preveem o divórcio, por acordo mútuo.⁹⁷ Nos artigos 1779º a 1787º o mesmo Código prevê ainda o divórcio litigioso por violação culposa dos deveres conjugais:

- a) “A separação de facto por um ano consecutivo;
- b) A alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de um ano e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum;
- c) A ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a um ano;
- d) Quaisquer outros factos que, independentemente da culpa dos cônjuges, mostrem a ruptura definitiva do casamento”⁹⁸.

No matrimónio canónico não existe a possibilidade de divórcio. Este apenas pode ser anulado pelo Romano Pontífice, pelo seu poder vicário, quando se trate de matrimónio não consumado, havendo justa causa, ou um pedido válido de um dos cônjuges.

“O matrimónio não consumado entre batizados ou entre uma parte batizada e

⁹⁵ CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, 1993, cânone 1101.

⁹⁶ Cf. *Ibidem*, 827.

⁹⁷ Cf. CÓDIGO CIVIL, Porto Editora, Porto, 2013, Artigos 1775-1778.

⁹⁸ Cf. *Ibidem*, Artigo 1781.

outra não baptizada pode ser dissolvido por Romano Pontífice, por justa causa, a pedido de ambas as partes ou só de uma contra vontade de outra”⁹⁹.

Relativamente ao matrimónio sacramento que seja consumado, o Código do Direito Canónico afirma que este não pode ser dissolvido por nenhum poder humano além do referido anteriormente e só mesmo a morte de um dos cônjuges o pode anular.

“O matrimónio rato e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano nem por nenhuma causa além da morte”¹⁰⁰.

3. Em síntese

Depois desta análise às transformações familiares, juridicamente e canonicamente, podemos concluir que a instituição familiar não se esgota, apesar das várias ameaças atuais.

As mudanças de mentalidades e as transformações socioeconómicas familiares levaram à perda dos valores tradicionais familiares que durante séculos foram transmitidos de geração em geração. Para isso, contribuíram correntes agnósticas e ateístas que colocaram o homem como elemento central da sociedade. Aliada a estas correntes está a corrente feminista, que contribui para a mudança da figura da mulher na sociedade.

Deste modo as leis civis dos estados proporcionam nos nossos dias um facilitismo para a celebração do casamento, bem como para o divórcio.

É preocupação da Igreja, sobretudo no pós Concílio Vaticano II combater este problema que contagia a sociedade atual.

A resposta da igreja vai ao encontro dos problemas atuais, e apoiando-se no Código do direito canónico afirma:

“a família está fundada no matrimónio, união íntima de vida, complemento entre um homem e uma mulher, constituída pelo vínculo indissolúvel do matrimónio, publicamente afirmado, união aberta à transmissão de vida”¹⁰¹.

Esta é a grande proposta da Igreja para com as correntes sociais, políticas, filosóficas e económicas no mundo de hoje.

⁹⁹ CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, Braga, 1993, cânone 1142.

¹⁰⁰ *Ibidem*, 1141.

¹⁰¹ JOÃO PAULO II, *Carta do Papa às famílias*, Apostolado da Oração, Braga, 1994, 9.

CAPITULO II – A FAMÍLIA À LUZ DA BÍBLIA E DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

O projeto de Deus foi desde sempre alicerçado numa comunhão com o Homem. Desde Abraão, passando por Moisés, por Jesus Cristo até à Igreja atual que, guiada pelo Espírito Santo, procura alcançar no diálogo com o Homem, a sua salvação.

O Homem ao longo da sua vida relaciona-se com diferentes grupos familiares, com os quais estabelece relação e amizades. Contudo é na família e pela família que ele se insere na sociedade e convive com ela. É na família que aprende os primeiros valores humanos para os partilhar com a sociedade através do respeito, da partilha e do amor. O amor é o princípio básico de uma família, pois é testemunhado publicamente pelo sacramento do matrimónio, no qual os esposos se comprometem, primeiramente a testemunhar entre eles, e depois com os filhos, e que o próprio Magistério da igreja, alicerçado na Sagrada Escritura, proclama.

“A família, fundada e vivificada pelo amor, é uma comunidade de pessoas: dos esposos, homem e mulher, dos pais e dos filhos, dos parentes. A sua primeira tarefa é a de viver fielmente a realidade da comunhão num constante empenho por fazer crescer uma autêntica comunidade de pessoas. O princípio interior, a força permanente e a meta última de tal dever é o amor: como, sem o amor, a família não é uma comunidade de pessoas, assim, sem o amor, a família não pode viver, crescer e aperfeiçoar-se como comunidade de pessoas”¹⁰²

Neste segundo capítulo, analisaremos a perspetiva familiar na bíblia, principal referência de todos os ensinamentos da igreja, o lugar do homem e da mulher como seres teológicos e a sua união pelo sacramento do matrimónio, procurando pôr em evidência a especificidade da família bíblica como um espaço de comunhão do homem consigo próprio e em busca da sua identidade e o lugar teológico de encontro e de comunhão com Deus.

Por último, veremos o contributo de alguns documentos do Magistério da Igreja para a defesa dos valores familiares, nomeadamente, a *Gaudium et Spes*, a *Familiaris Consortio* e do *III Sínodo Extraordinário dos Bispos*, para desse modo podermos tirar algumas conclusões teológico-práticas.

¹⁰² JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (22 de novembro de 1981), in AAS 74 (1982), n.18.

1. A Família na Bíblia

A relação de Deus com o Homem, desde a criação, é alicerçada num amor recíproco. A criação de Adão e Eva é sinal do amor de Deus pelo homem; o convite a Abraão e ao seu povo é também ele sinal desse amor; e por último a morte de Jesus Cristo pela humanidade demonstra a plenitude do amor de Deus.

O amor de Deus pelo Homem, e a resposta do Homem a esse amor, é uma aliança simbolizada na imagem do amor conjugal de dois seres que a Igreja propõe e defende, como vimos no capítulo anterior.

A Igreja sustentada pela Sagrada Escritura defende através do Magistério, que o amor familiar, apesar das contrariedades do mundo atual, deve ser entendido e vivido, segundo esta concepção.

1.1. A família no Antigo e no Novo Testamento

O modelo familiar bíblico de família é propício a diferentes análises, já que pode ser analisado a partir dos aspetos históricos, antropológicos, psicológicos ou religiosos. Numa linha de complementaridade, penso que todas estas perspetivas assumem hoje grande importância, mas destacaria a perspetiva teológica: a família a partir de Deus e da identidade do homem como ser em relação.¹⁰³

Esta teoria tem sido defendida não apenas pelo pensamento teológico, mas também pelo Magistério da Igreja e pela própria pastoral.

“Neste contexto, a Igreja sente a necessidade de dizer uma palavra de verdade e de esperança. Há que partir da convicção de que o homem vem de Deus e que, portanto, uma reflexão capaz de repropor as grandes perguntas sobre o ser humanos pode encontrar um terreno fértil nas expectativas mais profundas da humanidade. Os grandes valores do matrimónio e da família cristã correspondem à procura que atravessa a existência humana, mesmo num tempo marcado pelo individualismo e pelo hedonismo. Há que acolher as pessoas com a sua existência concreta, saber apoiar essa procura, encorajar o desejo de Deus e a vontade de sentir-se plenamente parte da Igreja, também em quem fez experiência do fracasso ou se encontra nas situações mais diversificadas. A

¹⁰³ João DUQUE, “Família cristã – que futuro?”, in *Bíblica*, série científica, Ano XXIII, 23, 2014, 120.

mensagem cristã traz sempre em si a realidade e a dinâmica da misericórdia e da verdade, que em Cristo convergem”¹⁰⁴.

A definição de família que é destacada na Sagrada Escritura não se identifica com a definição que a sociedade frequentemente hoje designa pelo mesmo termo.

A questão que é preciso colocar é de saber qual é o modelo de família que a Sagrada Escritura expõe, não olvidando a história das sociedades bíblicas e as suas, já que estas se inserem nos povos semitas com raízes bastante comuns.¹⁰⁵

Nas sociedades antigas, nomeadamente aquelas edificadas no Médio Oriente antigo, os etnógrafos distinguem diversos modelos de família, dos quais três podem ter deixado vestígios mais ou menos acentuados no que diz respeito à instituição familiar no interior da cultura bíblica.

“Trata-se do *fratriarcado*, do *matriarcado* e do *patriarcado*”¹⁰⁶.

No primeiro modelo, o irmão mais velho é tido como o chefe de família e a sua autoridade, tal como a posse dos bens, passam de irmão a irmão no caso de morte ou perda da capacidade do seu exercício.¹⁰⁷ Existem reflexos disto em culturas extra bíblicas e ecos no interior da própria Escritura, como sucede, por exemplo, na chamada lei do levirato, nas histórias do irmão que ocupa o lugar da irmã e, principalmente, na importância que era atribuída ao primogénito como é descrito (Dt 25,5-10), “quando dois irmãos residirem juntos e um deles morrer sem deixar filhos, a viúva não irá casar com um estranho; o seu cunhado é que se unirá a ela e a tomará como mulher, segundo o costume do levirato. Ao filho primogénito que ela tiver pôr-se-á o nome do irmão morto e não se extinguirá o seu nome em Israel. Mas, se o homem se recusar a casar com sua cunhada, esta irá ter com os anciãos ao tribunal e dirá: O meu cunhado recusa-se a perpetuar o nome do seu irmão em Israel e não quer observar o levirato para comigo. Então os anciãos da sua cidade o chamarão e interrogarão. Se ele disser: Não me agrada recebê-la por mulher, a cunhada aproximar-se-á dele, na presença dos anciãos, tirar-lhe-á a sandália do pé e cuspir-lhe-á no rosto, dizendo: É assim que se deve fazer ao homem que não quer edificar a casa do seu irmão! E chamar-se-á a esse homem em Israel casa do descalçado”.

Quanto ao modelo matriarcal, este é bastante comum nas sociedades

¹⁰⁴ III ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, *Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização*, Documento Final, Vaticano 2014, n.11.

¹⁰⁵ Cf. Herculano ALVES, “A família no Antigo Testamento”, in *Bíblica*, série científica, XXIII, 23, 2014, 36.

¹⁰⁶ Ángel GONZÁLEZ NUÑEZ, *A vida de casal na Bíblia*, São Paulo, Lisboa, 1995, 24.

¹⁰⁷ Cf. *Ibidem*, 25.

primitivas. Não se trata, propriamente, do exercício do poder efetivo por parte da mãe de família, mas antes do direito que lhe assiste de ser ela a determinar a linhagem dos filhos, a atribuição dos nomes aos mesmos, sendo os direitos de herança também estabelecidos por via materna.¹⁰⁸ Neste modelo a mulher ocupava um lugar de relevo no texto bíblico como é apresentado em (Gn 24,28) “a jovem Rebeca correu e foi contar, a casa de sua mãe, o que se acabava de passar”.

Apesar destes dois sistemas familiares aqui referidos, os textos bíblicos mostram-nos que a família semita se consolidou, desde os seus primórdios, segundo o modelo patriarcal e abarcava um amplo conjunto de membros que vão desde o chefe de família, ponto de união, das esposas, dos filhos, dos familiares não autónomos e seus dependentes, das concubinas e dos escravos.¹⁰⁹ Estamos portanto, na presença, dum aglomerado cujo elemento agregador não passa apenas pela identidade do sangue, mas sim por uma espécie de dependência e de relação mútua. Trata-se dum tipo de família patriarcal tal como é designado na linguagem corrente por "casa do pai" que este governa e dirige como senhor absoluto.¹¹⁰ Temos um testemunho bem elucidativo com a genealogia de Jesus em (Lc 3,23-38): “ao iniciar o seu ministério, Jesus tinha cerca de trinta anos. Supunha-se que era filho de José; e este de Eli, e assim sucessivamente: de Matat, de Levi, de Melqui, de Janai, de José, de Matatias, de Amós, de Naum, de Esli, de Nagaí, de Maat, de Matatias, de Chimei, de Josec, de Jodá, de Joanan, de Ressa, de Zorobabel, de Salatiel, de Neri, de Melqui, de Adi, de Cosam, de Elmadam, de Er, de Jesua, de Eliézer, de Jorim, de Matat, de Levi, de Simeão, de Judá, de José, de Jonam, de Eliaquim, de Meleá, de Mená, de Matatá, de Natan, de David, de Jessé, de Obed, de Booz, de Salá, de Nachon, de Aminadab, de Admin, de Arni, de Hesron, de Peres, de Judá, de Jacob, de Isaac, de Abraão, de Tera, de Naor, de Serug, de Ragau, de Péleg, de Éber, de Chela, de Quenan, de Arfaxad, de Sem, de Noé, de Lamec, de Matusalém, de Henoc, de Jared, de Maleleel, de Quenan, de Enós, de Set, de Adão, de Deus”.

Mais do que uma unidade de sangue, trata-se duma unidade social que é apresentada também em contextos jurídicos e culturais, parecendo, por vezes, que estes são mais vinculativos do que o do sangue. Por exemplo, quando se alude à lei do descanso sabático (Ex 20,10): “mas o sétimo dia é o sábado consagrado ao Senhor, teu Deus. Não farás trabalho algum, tu, o teu filho e a tua filha, o teu servo e a tua serva, os teus animais, o estrangeiro que está dentro das tuas portas”.

¹⁰⁸ Cf. Herculano ALVES, “A família no Antigo Testamento”, in *Bíblica*, série científica, XXIII, 23, 2014, 37.

¹⁰⁹ Cf. *Ibidem*, 38.

¹¹⁰ Cf. Ángel GONZÁLEZ NUÑEZ, *A vida de casal na bíblia*, São Paulo, Lisboa, 1995, 26.

O conceito de família não pode ser desincorporado dos tipos de sociedades e culturas que estão na gênese do povo bíblico. É esse quadro social que justifica e fortalece a relação de subordinação face ao chefe de família de todos aqueles que estão sob a sua alçada, bem como os ideais que lhe estão associados, tais como o de uma descendência numerosa e da paternidade em idade jovem¹¹¹.

Com a passagem do matrimônio poligâmico ao monogâmico, a instituição familiar vê, igualmente, alterados os seus padrões e reformulado o relacionamento entre os seus membros.¹¹² É neste contexto que assumem relevância muitas das normas que encontramos na literatura sapiencial acerca dos cuidados e atitudes que devem existir entre pais e filhos, com realce para aquelas que estes últimos devem dispensar aos seus progenitores.¹¹³

Muitas das normas e princípios apresentados nos livros sapienciais têm como objetivo uma maior solidariedade entre os membros da família e constituem como que o primeiro quadro jurídico dum regime de solidariedade social. Tudo se orienta para criar uma harmonia onde se complementam as necessidades materiais entre pais e filhos, nos seus diferentes ritmos, com a vivência dum mesmo projeto de comunhão que tem sempre no seu centro a fé em Deus.

A Sagrada Escritura realça igualmente os diversos níveis de relação que existem no interior da família, na sua mutualidade e alteridade. Assim, são frequentes as alusões aos deveres dos pais para com os filhos, mas sobretudo as atitudes que os filhos devem ter para com os pais, de modo particular na idade avançada, quando deixavam de ser úteis ou perdiam as suas faculdades como: “Deus quis honrar os pais nos filhos e firmou sobre eles a autoridade da mãe. Quem honra seu pai obtém o perdão dos pecados e acumula um tesouro quem honra sua mãe. Quem honra o pai encontrará alegria nos seus filhos e será atendido na sua oração. Quem honra seu pai terá longa vida e quem lhe obedece será o conforto de sua mãe. Filho ampara a velhice do teu pai e não o desgostes durante a sua vida. Se a sua mente enfraquece, sê indulgente para com ele e não o desprezes, tu que estás no vigor da vida, porque a tua caridade para com teu pai nunca será esquecida e converter-se-á em desconto dos teus pecados” (Sir 3,3-7).

São também visíveis menções na Sagrada Escritura, referentes ao amor conjugal do homem e da mulher que apresentam uma enorme beleza no poema do Cântico dos Cânticos (2,2-3): “tal como um lírio entre os cardos é a minha amada entre as jovens.

¹¹¹ Cf. Herculano ALVES, “A família no Antigo Testamento”, in *Bíblica*, série científica, XXIII, 23, 2014, 39.

¹¹² Cf. *Ibidem*, 40.

¹¹³ Cf. Gonzalo Aranda PÉREZ, *Varon Y Mujer. La Respuesta de la Biblia*, Ediciones Rialp, Navarra, 1991, 121-122.

Tal como a macieira entre as árvores da floresta é o meu amado entre os jovens”.

A família na Sagrada Escritura é o resultado não apenas da ligação de um homem e de uma mulher mas também da ligação do Homem com Deus.¹¹⁴

Esta imagem serve de referência para explorarmos a família no Novo Testamento. Jesus Cristo é a grande novidade, pois encarna pelo Espírito Santo em Maria e:

“vive a família monogâmica , única e indissolúvel... e ao mesmo tempo permanece célebi”¹¹⁵.

Mas é sobretudo na idade adulta, ao sair do aconchego do lar, para realizar a vontade de Deus, que a imagem Paulina de Cristo e a Igreja se compreende. Os evangelhos apresentam um Jesus revoltado contra a sua família de sangue afirmando que (Mc 3,31-35) “aí estão minha mãe e meus irmãos. Aquele que fizer a vontade de Deus, esse é que é meu irmão, minha irmã e minha mãe”.

A atitude de Jesus não é um desapego da família de sangue nem uma crítica à família judaica, mas a realização da vontade do Pai com a entrada noutra dimensão de vida.¹¹⁶

A carta de S. Paulo aos Efésios (5,21-32) é a passagem bíblica que nos leva a compreender o conceito de família do Novo Testamento. A imagem do matrimónio cristão juntamente com a imagem da ligação de Deus com o seu povo faz com que se perceba a novidade de Jesus sobre a família que está na ligação do seu amor pela e igreja e que deve ser correspondido por parte desta como apresenta S. Paulo em (Ef 5, 21-32): “Submetei-vos uns aos outros, no respeito que tendes a Cristo: as mulheres, aos seus maridos como ao Senhor, porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja - Ele, o salvador do Corpo. Ora, como a Igreja se submete a Cristo, assim as mulheres, aos maridos, em tudo. Maridos amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, para a santificar, purificando-a, no banho da água, pela palavra. Ele quis apresentá-la esplêndida, como Igreja sem mancha nem ruga, nem coisa alguma semelhante, mas santa e imaculada. Assim devem também os maridos amar as suas mulheres, como o seu próprio corpo. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. De facto, ninguém jamais odiou o seu próprio corpo; pelo contrário, alimenta-o e cuida dele, como Cristo faz à Igreja; porque nós somos membros do seu Corpo. Por isso, o homem deixará o pai e a mãe, unir-se-á à sua

¹¹⁴ Cf. Maria Dolores LÓPEZ GUZMÁN, “Mucho más que entregarse” in *Sal Terrae*, 2011, 570.

¹¹⁵ José Carlos CARVALHO, “A novidade de Jesus sobre a família”, in *Bíblica*, série científica, Ano XXIII, 23, 2014, 107.

¹¹⁶ Cf. Joaquim Carreira NEVES, “Jesus pregou contra a família?” in *Communio*, 2005, XXII, 80.

mulher e serão os dois uma só carne. Grande é este mistério; mas eu interpreto-o em relação a Cristo e à Igreja”.

Neste sentido Jesus no Novo Testamento apresenta-nos:

“A reafirmação do modelo monogâmico e da indissolubilidade do matrimônio; uma radical (não absoluta) relativização da família, pois “o que quer ao seu pai ou à sua mãe mais do que a mim não é digno de mim”; a reafirmação do modelo monogâmico da família genesíaca, pois esse é o projeto de Deus na própria ordem de salvação; a crítica radical à banalização da poligamia e do divórcio, logo o adultério; a igualdade estrutural ente homem e mulher; regras de comportamento para os pais e filhos; a educação na fé, primeiramente pelo testemunho da fé dos próprios pais; a necessidade da família com primeiro e imprescindível espaço de berço, onde aprendo a receber e a dar e a integração da família no convívio e nas relações com as outras famílias”¹¹⁷.

1.2. O homem e a mulher como seres teológicos na Bíblia

As sociedades modernas demonstram atualmente que a família bíblica não se apresenta como uma realidade nuclear, já que as características dessa família são completamente diferentes dos tipos de família atuais.

A essa conjuntura há que acrescentar uma outra que caracteriza a sua originalidade. A família bíblica é a expressão da comunhão que Deus tem com o Homem e com o seu próprio povo, e a conjuntura atual, nomeadamente certas correntes filosóficas, demonstra uma ausência de Deus através de correntes ateístas e agnósticas.¹¹⁸

A Sagrada Escritura apresenta-nos no livro do Eclesiástico (37,12-15) esta perspetiva da família de uma forma clara: “Antes, comunica assiduamente com um homem piedoso, que reconheceres como cumpridor dos mandamentos, cuja alma seja semelhante à tua, e que, se tropeçares, compartilhará da tua dor. Atende ao conselho do teu coração, porque ninguém te é fiel como ele. Com efeito, a alma de um homem adverte-o melhor que sete sentinelas colocadas de atalaia. Mas em todas as coisas pede ao Altíssimo que dirija os teus passos na verdade”.

Deus é apresentado como o pai dos órfãos e o defensor das viúvas e à sua família

¹¹⁷ José Carlos CARVALHO, “A novidade de Jesus sobre a família”, in *Bíblica*, série científica, Ano XXIII, 2014, 110-111.

¹¹⁸ Cf. Herculano ALVES, “A instituição familiar na bíblia”, in *Bíblica*, série científica, Ano I, 1993, 5.

pertencem os pobres e os humildes; e tal como um bom pai, Deus corrige os seus filhos, amando o seu povo.¹¹⁹

A família bíblica não é apenas um lugar de encontro. Ela é também, um lugar de aprendizagem, partilha, expressão e comunhão, não se esgotando em si e não vivendo para si, mas estando ao serviço dum projeto salvífico, que tem o Homem no centro, convergindo também para Deus.¹²⁰ Sem esta ligação vertical, Deus, Homem, Deus, não é possível pensar nem compreender o projeto salvífico, e este não se compreende sem ter presente a própria identidade do homem como lugar e realidade teológica.

Ao analisarmos a questão da família na Sagrada Escritura devemos ter sempre presentes os elementos fundamentais da sua antropologia, uma vez que é a partir da conceção de Homem que a própria família se define.¹²¹

A Sagrada Escritura no livro do Gênesis (1,26) apresenta o Homem e qualifica-o como imagem e semelhança de Deus: “Façamos o ser humano à nossa imagem, à nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam pela terra”.

Esta comparação do Homem como imagem e semelhança de Deus não é uma representatividade de Deus, porque o homem não pode ser visto como uma manifestação de Deus, mas é e deve ser interpretada como uma relação; e nessa relação revela-se uma comunhão.¹²²

Esta corroboração executa-se em ordem a um fim, tal como o descreve o texto bíblico (Gn 1,28): “Abençoando-os, Deus disse-lhes: Crescei, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra”. O texto da Sagrada Escritura destaca estes três aspetos que dizem respeito ao Homem e fundamentam-se na família. Constituindo os seus fundamentos, na realidade relacional, a família é também ela imagem de Deus e expressão de comunhão é o espaço da complementaridade em que cada um dá e recebe e fundamenta-se na própria diferenciação do ser humano, valorizando-a e dignificando-a.¹²³

Partindo destes princípios, podemos analisar então algumas das perspetivas que a bíblia nos oferece sobre a família e compreender o contributo singular que a revelação bíblica introduz no contexto das culturas, conferindo à família uma

¹¹⁹ SAGRADA ESCRITURA, Bíblia do peregrino (Comentário Exegético) 1653-1654.

¹²⁰ Cf. Herculano ALVES, “A instituição familiar na bíblia”, in *Bíblica*, série científica, Ano I, 1993, 6.

¹²¹ Cf. *Ibidem*, 7.

¹²² Cf. Gonzalo ARANDA PÉREZ, *Varon Y Mujer. La Respuesta de la Biblia*, Ediciones Rialp, Navarra, 1991, 18-19.

¹²³ Cf. *Ibidem*, 20.

dimensão teológica, quer como expressão da própria identidade de Deus enquanto veículo de transmissão da vida, quer como meio e instrumento em ordem à comunicação da fé, já que a família é o lugar privilegiado onde essa transmissão acontece, de pais para filhos. Deste modo, logramos dizer que a família bíblica tem uma dupla finalidade: comunhão de vida e comunhão de fé e estas duas dimensões estão interligadas e devem ser interpretadas numa perspetiva de essência do projeto família no quadro do pensamento bíblico.¹²⁴

O primeiro dado a ter em conta neste argumento diz respeito à própria identidade de Deus, em que ele próprio é família, como é descrito em (Gn 1,2) " façamos o ser humano à nossa imagem, à nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. ".

Esta plenitude de Deus que em si mesmo é comunhão, é-o para os outros e não para si, porque Deus chama o ser humano à comunhão e por isso, homem e mulher são chamados a ser sinal da comunhão com Deus.¹²⁵

Assim, podemos afirmar que a família bíblica é o lugar da vida, já que Deus dá a vida, que o homem recebe em plenitude, e ao dar-se, gera a vida à imagem e semelhança de Deus. Como a vida é sempre imagem de Deus e Ele próprio é comunhão, também a família, deve ser lugar da vida, e expressão da comunhão que Deus é em si.¹²⁶

Face a este quadro, a primeira imagem da família bíblica é aquela que nos é descrita no prólogo do Catecismo da Igreja Católica.

“Deus, infinitamente perfeito e bem-aventurado em Si mesmo, num desígnio de pura bondade, criou livremente o homem para o tornar participante da sua vida bem-aventurada. Por isso, sempre e em toda a parte, Ele está próximo do homem. Chama-o e ajuda-o a procurá-Lo, a conhecê-Lo e a amá-Lo com todas as suas forças. Convoca todos os homens, dispersos pelo pecado, para a unidade da sua família que é a Igreja. Para tal, enviou o seu Filho como Redentor e Salvador na plenitude dos tempos. N'Ele e por Ele, chama os homens a tornarem-se, no Espírito Santo, seus filhos adoptivos e, portanto, herdeiros da sua vida bem-aventurada”¹²⁷.

A teologia do homem é complementada com Jesus Cristo, que é presença de Deus feito

¹²⁴ Cf. António COUTO, “Homem e mulher os criou”, in *Communio*, 10 (1993) 215-216.

¹²⁵ Cf. Gonzalo ARANDA PÉREZ, *Varon Y Mujer. La Respuesta de la Biblia*, Ediciones Rialp, Navarra, 1991, 17.

¹²⁶ Cf. Heinrich FRIES, Teología Fundamental. in *Sacramentum Mundi*, Enciclopédia teológica, Vol. VI Barcelona, Editorial Herder, 1974, 592.

¹²⁷ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Gráfica de Coimbra, 1.

homem junto da humanidade e que o cristianismo tem como missão encarnar e anunciar. No anúncio importa conhecer aquele a quem nos dirigimos e ao qual anunciamos.

“Dentro do possível, o cristianismo - apesar do seu carácter singular e incomparável, há-de situar-se no horizonte de um homem de hoje”¹²⁸.

Contudo é importante não esquecer que a centralidade do mundo é o homem, aquele em que Deus se pode converter, mistério da Encarnação; e é também um irmão de/em Cristo.

1.3. A família, na Bíblia, como sacramento

Desde a criação que Deus revela um projeto para o Homem. Esse projeto corporiza-se na comunhão de amor, encontrando expressão significativa na aliança matrimonial.

“A comunhão de amor entre Deus e os homens, conteúdo fundamental da Revelação e da experiência de fé de Israel, encontra uma sua significativa expressão na aliança nupcial, que se instaura entre o homem e a mulher”¹²⁹.

A história da salvação é uma história de aliança entre Deus e o Homem que adquire a sua plenitude no mistério da encarnação do Verbo de Deus, Jesus Cristo; Deus revela a plenitude do Seu amor e testemunha a comunhão definitiva com o homem que os profetas tinham anunciado como promessa messiânica.¹³⁰

Na mesma linha da criação está a mensagem dos profetas, onde a teologia assume definitivamente a imagem nupcial para traduzir a comunhão entre Deus e o Seu povo, tomando como sinal dessa aliança a relação de amor entre Cristo e a Sua Igreja.

Deste modo, a família, é a realização definitiva do projeto de família bíblica, não é apenas uma realidade existencial ou um espaço de comunhão humana, mas sim um sacramento, ou seja, o sinal duma comunhão mais profunda e mais sólida que se realiza entre Jesus Cristo e a Sua Igreja.¹³¹ Neste sentido, a família não tem apenas

¹²⁸ Karl RAHNER, *Curso fundamental sobre la fede: introducción al concepto de cristianismo*. Barcelona: Editorial Herder, 2007, 9.

¹²⁹ JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (22 de novembro de 1981), in AAS 74 (1982), n.12.

¹³⁰ Cf. BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est* (25 de Dezembro de 2005), in AAS 98 (2006), n.2.

¹³¹ Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (15 de setembro de 1964), in AAS 58 (1966), n.11.

como objetivo ser espaço de vida, mas também ser sinal da comunhão efetiva de Deus com o homem que se concretiza em Jesus Cristo e se atualiza no matrimónio.

Toda a simbologia da aliança e o mistério da Encarnação encontram na família, por intermédio do sacramento do matrimónio, a sua plena realização, e pressupõe a condição de batizados, ou seja, uma verdadeira inserção em Cristo, pois só n'Ele essa aliança de comunhão atinge a sua verdadeira plenitude¹³².

"o matrimónio dos batizados torna-se símbolo real da Nova e Eterna Aliança, selada no sangue de Cristo"¹³³

O estabelecimento da verdadeira relação de comunhão, não apenas numa só carne, mas também num só espírito.¹³⁴ Aquilo que a Igreja declara da identidade da família está já previamente simbolizado na relação de comunhão de Deus com o seu povo, que é indissolúvel e fecundo; e em Jesus Cristo torna-se salvadora, porque Cristo e a Igreja são modelo de amor conjugal.¹³⁵

“Submetei-vos uns aos outros, no respeito que tendes a Cristo: as mulheres, aos seus maridos como ao Senhor, porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja - Ele, o salvador do Corpo. Ora, como a Igreja se submete a Cristo, assim as mulheres, aos maridos, em tudo. Maridos amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, para a santificar, purificando-a, no banho da água, pela palavra. Ele quis apresentá-la esplendorosa, como Igreja sem mancha nem ruga, nem coisa alguma semelhante, mas santa e imaculada. Assim devem também os maridos amar as suas mulheres, como o seu próprio corpo. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. De facto, ninguém jamais odiou o seu próprio corpo; pelo contrário, alimenta-o e cuida dele, como Cristo faz à Igreja; porque nós somos membros do seu Corpo. Por isso, o homem deixará o pai e a mãe, unir-se-á à sua mulher e serão os dois uma só carne. Grande é este mistério; mas eu interpreto-o em relação a Cristo e à Igreja. De qualquer modo, também vós: cada um ame a sua mulher como a si mesmo; e a mulher respeite o seu marido” (Ef 5,21-33).

A família é essencialmente um sacramento de comunhão que radica na identidade do mistério da comunhão de Deus e que se explana de diversas formas: na vida, oferecida em doação através de gerações; na fecundidade, porque é lugar de vida,

¹³² RITUAL ROMANO. *Celebração do Matrimónio*. 3ª ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002, 7.

¹³³ JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (22 de novembro de 1981), in AAS 74 (1982), n.13.

¹³⁴ RITUAL ROMANO. *Celebração do Matrimónio*. 3ª ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002, 9.

¹³⁵ Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965), in AAS 58 (1966), n.50.

terrena e eterna; na fé, porque é na família e pela família que ela é transmitida de geração em geração; na humildade da descoberta e aceitação do outro, que se converte em sacramento da aliança entre Deus e o Seu povo.¹³⁶

Sendo a família um projeto de comunhão, ela é também um espaço de perdão, onde o homem pode fazer a experiência da conversão contínua e permanente do coração.¹³⁷

É na família que homem e mulher, unidos pelo sacramento do matrimónio, estabelecem um verdadeiro confronto entre o ideal de comunhão a que são chamados e as limitações existenciais de cada momento. É esta a essência que brota do mistério da Incarnação, para este sacramento.¹³⁸

2. A família nos documentos do Magistério nos séculos XX e XXI

O Magistério da Igreja em vastíssimos documentos afirma que a estrutura familiar é fundamental para o desenvolvimento humano. Apoiado na Sagrada Escritura, o Magistério, defende que a aliança entre homem e mulher deve ser igual à aliança de Deus para com o homem, pois a família é o primeiro lar onde o ser humano contacta com o mundo, cresce e se desenvolve.

*2.1. A família na *Gaudium et Spes* de 7 de dezembro de 1965*

O Concílio Vaticano II aborda na Constituição *Gaudium et Spes*, o tema da família num contexto em que os seus valores e as suas tradições começam a desmoronar-se definindo-a como:

“A íntima comunidade da vida e do amor conjugal, fundada pelo Criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio da aliança matrimonial, ou seja pelo irrevogável consentimento pessoal. Deste modo, por meio do acto humano com o qual os cônjuges mutuamente se dão e recebem um ao outro, nasce uma instituição também à face da sociedade, confirmada pela lei divina. Em vista do bem tanto dos esposos e da prole como da sociedade, este sagrado vínculo não está ao arbítrio da vontade humana”¹³⁹.

¹³⁶ Cf. JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (22 de novembro de 1981), in AAS 74 (1982), n.41.

¹³⁷ Cf. *Ibidem*, 58.

¹³⁸ Cf. JOÃO PAULO II, *Diálogo com os Homens*, Edições 70, Lisboa, 1991, 87-90.

¹³⁹ CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965), in AAS 58 (1966), n.48.

O que transparece deste documento, é a preocupação da igreja com os problemas do mundo, nomeadamente sociais e humanos, como nos descreve o proémio da constituição dogmática.

“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história”¹⁴⁰.

O homem como imagem e semelhança de Deus, e como sua criatura predileta¹⁴¹ é um ser vocacional. É, pois, por esta vocação que a igreja teve a necessidade de na primeira parte, refletir sobre a sua vocação. Essa mesma vocação, implica a vida com os outros, alimentada de relações de proximidade, que pressupõem o diálogo e o trabalho em comum.¹⁴²

A segunda parte do documento apresenta uma reflexão do matrimónio e da família sociedade, mencionando alguns dos constrangimentos que atentam contra o modelo familiar proposto pela igreja.

“No seio da família, originam-se tensões, quer devido à pressão das condições demográficas, económicas e sociais, quer pelas dificuldades que surgem entre as diferentes gerações, quer pelo novo tipo de relações sociais entre homens e mulheres”¹⁴³.

Mas também é neste mundo que:

“A íntima comunidade da vida e do amor conjugal, fundada pelo Criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio da aliança matrimonial, eu seja pelo irrevogável consentimento pessoal. Deste modo, por meio do ato humano com o qual os cônjuges

¹⁴⁰ *Ibidem*, 1.

¹⁴¹ *Ibidem*, 12.

¹⁴² *Ibidem*, 26.

¹⁴³ *Ibidem*, 8.

mutuamente se dão e recebem um ao outro, nasce uma instituição também à face da sociedade, confirmada pela lei divina”¹⁴⁴.

A família passa assim a ser considerada testemunho vivo de uma comunhão alicerçada numa fidelidade de comunhão. Além dessa comunhão íntima, a família é um sacramento abençoado e agraciado por Deus de onde procede todo o amor.¹⁴⁵

No amor conjugal dos casais expresso no matrimónio está também presente a fecundidade, tema abordado pelo documento. O amor do casal deve equacionar e estar aberto à fecundidade e à procriação para a geração de filhos.

O matrimónio e o amor conjugal ordenam-se por sua própria natureza à geração e educação da prole. Os filhos são, sem dúvida, o maior dom do matrimónio e contribuem muito para o bem dos próprios pais. O mesmo Deus que querendo comunicar-lhe uma participação especial na Sua obra criadora, abençoou o homem e a mulher dizendo: “Crescei, multiplicai-vos e enchei a terra” (Gn 1,28).

É deste modo que Deus responsabiliza os pais pela tarefa criadora da humanidade, pedindo-lhes a colaboração na tarefa criadora da humanidade. Acrescenta ainda que esta responsabilidade deve ser executada em comunhão e colaboração entre os dois elementos do casal como afirma a própria *Gaudium et Spes*:

“A família é como que uma escola de valorização humana. Para que esteja em condições de alcançar a plenitude da sua vida e missão, exige, porém, a benévola comunhão de almas e o comum acordo dos esposos, e a diligente cooperação dos pais na educação dos filhos.”¹⁴⁶

Aliado a este assunto, está também o respeito pela vida humana, onde se enquadram os problemas morais que lhe estão associados, como seja o aborto, o infanticídio, o respeito nas relações sexuais.¹⁴⁷

A família é o lugar mais eficaz de humanização das gerações, daí o concílio entusiasmar os esposos à dignificação do sacramento do matrimónio e da família na sociedade através de dois pilares essenciais do sacramento, a fidelidade e perseverança.

“ que os cristãos, resgatando o tempo presente e distinguindo o que é eterno das formas mutáveis, promovam com empenho o bem do matrimónio e da família, com o testemunho

¹⁴⁴ *Ibidem*, 47.

¹⁴⁵ *Ibidem*, 48.

¹⁴⁶ *Ibidem*, 50.

¹⁴⁷ *Ibidem*, 51.

da própria vida e cooperando com os homens de boa vontade; deste modo, superando as dificuldades, proverão às necessidades e vantagens da família, de acordo com os novos tempos”¹⁴⁸.

2.2. A família na “*Familiares Consortio*” de 22 de novembro de 1981

No início da década de oitenta, o Papa S. João Paulo II, depois do Sínodo dedicado à família, ocorrido, em Roma de 26 de Setembro a 25 de Outubro de 1980, dirige-se às famílias através da exortação Apostólica *Familiaris Consortio*¹⁴⁹. Um texto que apesar da sua longevidade continua muito atual nos dias de hoje.

“Consciente de que o matrimónio e a família constituem um dos bens mais preciosos da humanidade, a Igreja quer fazer ouvir a sua voz e oferecer a sua ajuda aos que, conhecendo já o valor do matrimónio e da família, procuram vivê-lo fielmente, aos que, incertos e ansiosos, andam à procura da verdade e aos que estão, injustamente, impedidos de realizar livremente o ideal familiar”¹⁵⁰.

As preocupações com o problema estrutural e humano da família após o Concílio Vaticano II são uma realidade.

S. João Paulo II retomando as preocupações já apresentadas na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* começa por fazer logo no início da Exortação, o ponto da situação da família cristã, nomeadamente os seus aspetos positivos, as suas riquezas e conquistas, face a desvalorização desta na cultura fragmentada.

“Por um lado, de facto, existe uma consciência mais viva da liberdade pessoal e uma maior atenção à qualidade das relações interpessoais no matrimónio, à promoção da dignidade da mulher, à procriação responsável, à educação dos filhos; há, além disso, a consciência da necessidade de que se desenvolvam relações entre as famílias por uma ajuda recíproca espiritual e material, a descoberta de novo da missão eclesial própria da família e da sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa. Por outro lado, contudo, não faltam sinais de degradação preocupante de alguns valores fundamentais: uma errada concepção teórica e prática da independência dos cônjuges entre si; as graves ambiguidades acerca da relação de

¹⁴⁸ *Ibidem*, 52.

¹⁴⁹ Cf. JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (22 de novembro de 1981), in AAS 74 (1982), n.41.

¹⁵⁰ *Ibidem*, 1.

autoridade entre pais e filhos; as dificuldades concretas, que a família muitas vezes experimenta na transmissão dos valores; o número crescente dos divórcios; a praga do aborto; o recurso cada vez mais frequente à esterilização; a instauração de uma verdadeira e própria mentalidade contraceptiva”¹⁵¹.

No primeiro ponto da exortação, *Luzes e Sombras da família de hoje*, João Paulo II começa por afirmar que «o desígnio de Deus sobre o matrimónio e sobre a família visa o homem e a mulher na realidade concreta da sua existência quotidiana, na sua determinada situação social e cultural. A Igreja, para cumprir a sua missão, tem de esforçar-se por conhecer as situações em que o matrimónio e a família se encontram hoje»¹⁵². O discernimento evangélico é extremamente importante, sendo dom que o Espírito Santo concede a todos os fiéis.

Nesta parte, surgem também alguns pontos relativos à família. Salienta-se a consciência mais viva da liberdade pessoal e maior atenção à qualidade das relações interpessoais no matrimónio, dignidade da mulher, a procriação responsável e a educação dos filhos. No fundo, houve uma redescoberta da missão eclesial própria da família. Por outro lado, temos sinais de degradação. Existe uma corrupção do conceito e exercício da liberdade concebida não como capacidade de realizar a verdade do desígnio de Deus sobre o matrimónio e a família, mas como força autónoma de afirmação de cada qual, não raramente contra os outros, para atingir o próprio bem-estar egoístico.

A educação da consciência moral, que torna o homem capaz de julgar e discernir os meios adequados para a sua realização segundo a verdade original, torna-se exigência prioritária e irrenunciável. No fundo, é «necessário um caminho pedagógico de crescimento, a fim de que os fiéis, as famílias e os povos, e até a própria civilização, partindo do que já receberam do mistério de Cristo, sejam conduzidos pacientemente mais além, até atingirem conhecimento mais rico e integração mais plena deste mistério na sua vida»¹⁵³.

A segunda parte de *Desígnio de Deus sobre o matrimónio e a família* começa por destacar o homem, como imagem de Deus Amor.

“Deus é amor, vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Criando-a à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus inscreve na humanidade do

¹⁵¹ *Ibidem*, 6.

¹⁵² Cf. *Ibidem*, 4.

¹⁵³ Cf. *Ibidem*, 9.

homem e da mulher a vocação, e, assim, a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão. O amor é, portanto, a fundamental e originária vocação do ser humano¹⁵⁴.

A comunhão de amor entre Deus e os homens, conteúdo fundamental da Revelação e da experiência de fé de Israel, encontra expressão significativa na aliança nupcial, realizada entre o homem e a mulher¹⁵⁵. Jesus Cristo, esposo da Igreja, é o fundamento do matrimônio. No fundo, o matrimônio é o fundamento da comunidade mais ampla da família. É um dom. Os filhos, são reflexo vivo do amor do casal, sinal permanente da unidade conjugal e síntese viva e indissociável do seu ser de pai e mãe.

A família deve entender-se como comunhão de pessoas (laços de comunhão – relações interpessoais). Na família, a pessoa humana não só é gerada e progressivamente introduzida, mediante a educação, na comunidade humana, mas graças à regeneração do batismo e à educação na fé, é introduzida também na família de Deus, que é a Igreja.

A terceira parte, *Os deveres da família cristã*, é a mais extensa. A família tem de se tornar aquilo que é: comunidade de vida e de amor.

Na formação da comunidade de pessoas, o amor é princípio e força de comunhão. A família, sendo fundada e vivificada pelo amor, é uma comunidade de pessoas. Nesta parte, destaca-se, igualmente, a unidade indivisível da comunhão conjugal, sendo que esta comunhão conjugal se caracteriza não só pela unidade mas também pela sua indissolubilidade. Todos os membros da família, possuem a graça e a responsabilidade de construir a comunhão de pessoas, fazendo da família uma escola de humanismo mais rico. Todos sabemos das muitas dificuldades atuais.

Neste ponto, destaca ainda os direitos e função da mulher e a sua importância na sociedade. Fala, também, dos direitos da criança e da valorização que devem ter os idosos na família.

Serviço à Vida: a tarefa fundamental da família é o serviço à vida. A Igreja está do lado da vida, condenando como ofensa grave à dignidade humana e à justiça todas as atividades dos governos que tentam limitar por qualquer modo a liberdade dos esposos na decisão sobre os filhos.

A educação é um direito e dever dos pais. Deve-se educar para os valores essenciais da vida humana.

¹⁵⁴ *Ibidem*, 11.

¹⁵⁵ Cf. *Ibidem*, 12.

A participação no desenvolvimento da sociedade: a família é a célula primeira e vital da sociedade. No Sínodo, surge o propósito de criar a carta dos direitos da família, aparecendo alguns direitos enumerados nesta encíclica.

A participação na vida e na missão da Igreja (um serviço eclesial): “a família cristã é chamada a ser parte viva e responsável na missão da Igreja de modo próprio e original, colocando-se ao serviço da Igreja e da sociedade no seu ser e agir, enquanto comunidade íntima de vida e de amor”¹⁵⁶. A família cristã vive também a sua tarefa profética acolhendo e anunciando a Palavra de Deus a toda a criatura.

É de evidenciar que nesta parte fala ainda da importância da oração familiar e a importância que tem o outro na vida de cada um. No fundo, trata-se de descobrir em cada irmão a imagem de Deus.

Por fim, na última parte, *a pastoral familiar: etapas, estruturas, responsáveis e situações*. Destaca que a Igreja acompanha a família cristã no seu caminho pré – matrimonial e pós-matrimonial. A ação pastoral é sempre expressão dinâmica da realidade da Igreja, empenhada na missão de salvação. A pastoral familiar tem como princípio operativo e como protagonista responsável a mesma Igreja, através das suas estruturas e responsáveis.

“Exorto os pastores e a inteira comunidade dos fiéis a ajudar os divorciados, procurando, com caridade solícita, que eles não se considerem separados da Igreja, devendo, enquanto batizados, participar da sua vida. Reze por eles a Igreja, encoraje-os, mostre-se mãe misericordiosa e sustente-os na fé e na esperança”¹⁵⁷.

São muitas as circunstâncias particulares de casos difíceis nos quais a pastoral familiar tem de agir e refletir: casamentos mistos; casamento à experiência; uniões livres de facto; católicos unidos só em casamento civil; a questão dos divorciados; os que não têm família.

Em suma, é preciso amar a família, estimando os seus valores e possibilidades, promovendo-os sempre, como afirma S. João Paulo II no final da Exortação.

“Amar a família significa saber estimar os seus valores e possibilidades, promovendo-os sempre. Amar a família significa descobrir os perigos e os males que a ameaçam, para poder superá-los. Amar a família significa empenhar-se em criar um ambiente favorável ao seu desenvolvimento.”¹⁵⁸

2.3. A família no III Sínodo Extraordinário dos Bispos de 5 a 19 de outubro de 2014

¹⁵⁶ Cf. *Ibidem*, 50.

¹⁵⁷ *Ibidem*, 84.

¹⁵⁸ *Ibidem*, 85.

O III Sínodo Extraordinário dos Bispos acerca do tema os *desafios pastorais da família no contexto da nova evangelização*¹⁵⁹ realizado nos dias 5 a 19 de outubro de 2014 é uma continuidade do pensamento do Magistério da Igreja, sobre as temáticas anteriormente referidas. Enraizado na Sagrada Escritura, na *Gaudium et Spes* na continuidade da exortação apostólica *Familiaris Consortio*, aponta para as novidades e características atuais da família.

“O enfraquecimento da fé e dos valores, o individualismo, o empobrecimento dos relacionamentos, o stress de um frenesim que ignora a reflexão, marcam também a vida familiar. Assistimos assim a muitas crises matrimoniais, enfrentadas muitas vezes de forma sumária e sem coragem da paciência, da avaliação, do perdão mútuo, da reconciliação, e até mesmo do sacrifício. Os fracassos dão, assim origem a novos relacionamentos, novos casais, novas uniões e novos matrimónios, criando situações familiares complexas e problemáticas para a opção cristã”¹⁶⁰.

Este Sínodo não é um acontecimento isolado, nem uma resposta à crise mundial que afetou o mundo desde 2011. É um acontecimento que está estruturado em três partes, o *Instrumentum Laboris*¹⁶¹, documento preparatório, que foi publicado em 2013, este III sínodo dos Bispos extraordinário do qual estamos a falar e que avaliou e aprofundou os dados e sugestões das igrejas particulares e por último o sínodo ordinário dos bispos que se realizará em outubro de 2015, que meditará nas temáticas abordadas e encontrará os caminhos para as ações pastorais.¹⁶²

A primeira parte do documento, *O contexto e os desafios sobre a Família*, apresenta-nos uma reflexão atual da família, da sociedade, das vivências familiares e do papel da mulher.¹⁶³

“O individualismo exasperado, que desnatura os laços familiares e acaba por considerar cada componente da família como uma ilha, fazendo prevalecer, em certos casos, a ideia de um sujeito que constrói segundo os próprios desejos, tomados como absoluto”¹⁶⁴.

Esta proliferação de correntes, juntamente com as crises que afetam as sociedades atuais devem levar à redobrada atenção pastoral por parte da Igreja aos fiéis que, uma vez

¹⁵⁹ III ASSEMBLEIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS, Os desafios pastorais da família, paulinas.

¹⁶⁰ *Ibidem*, 6.

¹⁶¹ Cf. III ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, *Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização*, Documento preparatório, Paulinas, 2014.

¹⁶² Cf. III ASSEMBLEIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS, Os desafios pastorais da família, Paulinas, n.7.

¹⁶³ Cf. *Ibidem*, 5.

¹⁶⁴ *Ibidem*, 5.

validamente casados, se divorciam civilmente e contraem uma nova união matrimonial, continuando vinculados pelo seu anterior matrimónio, sem que tenha havido uma declaração de nulidade pela Igreja, colocando graves problemas à Igreja, um grande sofrimento aos próprios e não tão poucos problemas aos pastores que, por um lado, sabem que os fiéis têm direito aos sacramentos, enquanto meios de salvação, mas, por outro, devem ter em linha de conta a dignidade dos mesmos e a necessidade de que sejam recebidos retamente.¹⁶⁵

Todas estas questões são por si difíceis. Torna-se importante assimilar que todo o homem é obra do amor de Deus e que o matrimónio é um sinal do amor de Deus para com o outro e este amor deve-se sobrepor a qualquer individualismo e hedonismo.¹⁶⁶

Perante estas adversidades atuais, os cristãos devem colocar Jesus Cristo como centralidade das suas vidas, não esquecendo a aliança de Deus com o Homem, que é exemplificada na sua aliança matrimonial quando contraem o sacramento do matrimónio, tornando-se indissolúvel.¹⁶⁷ Só deste modo, se entende toda a mensagem presente na Sagrada Escritura no que concerne à família no plano salvífico de Deus; e de todo o teor doutrinal presente nos documentos do Magistério da Igreja em defesa da indissolubilidade do matrimónio e do valor da família, porque este só faz sentido se houver amor, alegria, bem comum e um constante caminho por parte dos cônjuges.

Deste modo é necessário entendermos que, antes da constituição da família, é preciso formar o Homem social, nas famílias, nas escolas e nas instituições, para que desse modo a família seja uma verdadeira floração espiritual beleza e quando isso por algum motivo de força maior não acontecer a igreja deve dedicar uma atenção especial às famílias fragilizadas, ou seja, aos que contraem matrimónio civil, os que se encontram divorciados e que vivem a monoparentalidade e por fim aqueles que se divorciam mas que voltam a casar, porque o amor ao próximo foi um dos ensinamentos de Jesus Cristo.¹⁶⁸

No último ponto, as perspetivas pastorais apontam-nos para o anúncio do evangelho da família, só por intermédio da fé, no contexto da nova evangelização, que toda esta é da responsabilidade do povo de Deus, mas sobretudo das famílias cristãs por graça do sacramento do matrimónio, à imagem da parábola do semeador (Mt 13,3).¹⁶⁹

Esta evangelização passa pelo encaminhamento dos nubentes para o matrimónio, e

¹⁶⁵ Cf. *Ibidem*, 8-9.

¹⁶⁶ Cf. *Ibidem*, 11.

¹⁶⁷ Cf. *Ibidem*, 12.

¹⁶⁸ Cf. *Ibidem*, 25.

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*, 30.

por acompanhá-los e ampará-los nos seus primeiros anos de vida matrimonial.¹⁷⁰

As questões levantadas neste III Sínodo Extraordinário dos Bispos, sobre os desafios pastorais da família, não é um acontecimento apenas de hoje. Os próprios documentos do magistério revelam desde sempre estas preocupações.

Além disso os teólogos sempre se debruçaram sobre estas problemáticas, como foi o caso de três Bispos alemães da província eclesiástica de Oberrhein, no verão de 1993, publicando um documento pastoral com o objetivo de dar orientações muito precisas sobre estas problemáticas.¹⁷¹ Este documento, com data de 14 de setembro de 1994, acabou por ter uma difusão enorme, tendo sido traduzido em várias línguas e publicado em muitos países, gerando bastante polémica. Isto motivou uma resposta da Congregação para Doutrina da Fé com a publicação de uma carta dirigida aos Bispos da Igreja Católica sobre a comunhão eucarística por parte dos divorciados recasados, a necessidade de acompanhamento pastoral e a necessidade de acolhimento pela Igreja para permanecerem unidos a ela, vivendo na comunidade eclesial, ainda que com alguns dos seus direitos restringidos ou limitados. Com data de 14 de setembro de 1994.¹⁷²

Também a convite do Papa Francisco, no consistório de 21, de fevereiro 2014, Walter Kasper apresentou um texto sobre a família, em cinco pontos, cujo último versa novamente sobre o problema dos divorciados recasados. No essencial, o texto não apresenta novidade alguma em relação àquilo que havia sido dito juntamente com os outros prelados alemães na carta pastoral de 1993. Walter Kasper, reafirmando a doutrina católica, diz que «o matrimónio, enquanto sacramento, tem um carácter público, a decisão sobre a sua validade não se pode deixar somente à valorização subjetiva das pessoas implicadas.¹⁷³

O prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, em outubro de 2013, publicara um artigo resumindo toda a doutrina da Igreja, começando pela Palavra de Deus presente na Sagrada Escritura, explicada pela Tradição da Igreja, e ensinada pelo seu Magistério. Nesse artigo, o Cardeal Gerhard Muller, reafirma toda a doutrina da indissolubilidade do sacramento do Matrimónio.

O III Sínodo Extraordinário sobre os desafios pastorais da família, procurando conservar a doutrina vinculativa sobre o matrimónio, procura uma via para superar todas aquelas questões pastorais difíceis sobre a receção dos sacramentos por parte dos leigos

¹⁷⁰ Cf. *Ibidem*, 40.

¹⁷¹ Walter KASPER, “Acompañamiento pastoral de los divorciados”, Carta pastoral, in *Ecclesia*, 2705/ II (1994), 1514-1526.

¹⁷² CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Carta sobre a recepção da comunhão Eucarística por parte dos fiéis divorciados re-casados* (14-IX-1994), in: AAS 86 (1994) n.974-979.

¹⁷³ Walter KASPER, *El evangelio de la familia*, Tradução de J. P. Escobar, Maliaño: Sal Terrae, 2014, 62-63.

que canonicamente estão impedidos de o fazer ou sentem vergonha de o fazer. Esta via não é fácil de se encontrar. Mas a necessidade pastoral de acolher estas pessoas impedidas de aceder à plenitude dos sacramentos, à luz da mensagem da Sagrada Escritura e da nova evangelização, leva a igreja a repensar isto, porque a família é a sustentabilidade da igreja.

3. Em síntese

Na sociedade em que vivemos não existe um modelo único de família, mas aquele que a Sagrada Escritura nos oferece continua a ter valores que são indiscutíveis. A história e a sociedade não conseguiram encontrar nenhum melhor, capaz de ultrapassar os valores e as potencialidades que oferece o modelo da Sagrada Família como espaço de encontro, de realização e expressão dos valores morais e espirituais. O projeto familiar da Sagrada Escritura evidencia a pluralidade de valências incomparáveis a outros projetos.

Embora se trate de um modelo com uma referência cultural muito própria, que emergiu num contexto específico, e que é fruto de uma mundividência algo diversa daquela que nos serve de referência, a verdade é que, ao longo da história, ele tem perdurado e confirmado a sua solidez como espaço e projeto de realização humana, afetiva e espiritual. Importa referir, antes de mais, que o modelo bíblico de família não comporta apenas uma dimensão teológica. É mais abrangente e é isso que lhe confere toda a riqueza que a sua perene realização testemunha.

Neste sentido, ao realçar a especificidade deste modelo de família demonstra-se como por ele passam e nele se concretizam as mais profundas aspirações e anseios do Homem, como o demonstra a Sagrada Escritura.

O próprio Magistério da Igreja vai, também ele, ao encontro desta perspectiva bíblica do amor de Deus pelo Homem no Antigo Testamento e do amor de Jesus Cristo pela Igreja no Novo Testamento, pois é daí que tudo parte para a igreja.

A família é elemento central da história de salvação de Deus. Na passagem bíblica, “Crescei e multiplicai-vos” (Gn 1,28) reside a missão do povo de Deus, que deve ser formação de todos os leigos. Por isso não pode ser formador quem é deformado, mas o formador deve acolher todos os deformados, e é aqui que entram todas as preocupações do III Sínodo sobre a família.

CAPÍTULO III – A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA E A UNIDADE LETIVA Nº3 DO 5º ANO “A FAMÍLIA COMUNIDADE DE AMOR”

1. Contextos de lecionação

1.1. Apresentação da Escola

O Agrupamento de Escolas Emídio Garcia em Bragança, sucedeu ao liceu de Bragança, que passou por várias designações desde a sua fundação em 1853, o Antigo Liceu Nacional de Bragança.¹⁷⁴

O patrono desta Escola, foi Manuel Emídio Garcia, uma figura proeminente da cultura e da política nacional, na segunda metade do século XIX.¹⁷⁵ Nasceu em Bragança, em outubro, de 1838, onde realizou os seus estudos¹⁷⁶. Matriculou-se em Coimbra, onde defendeu a tese e recebeu o grau de direito. O seu republicanismo veio a ser homenageado pelos bragançanos que deram o seu nome ao liceu.¹⁷⁷

Hoje, o concelho de Bragança, situado no extremo nordeste do país, tem uma área de cerca de 1182 km² e aí vivem 37.170 habitantes, desigualmente repartidos por freguesias constituídas por 120 povoações.¹⁷⁸ Mais de 70% habitam a sede do concelho e, nos seus arredores, residem e labutam os que teimaram recolher da terra o produto do seu esforço, aceitando a agressividade de um clima rigoroso, de Invernos longos e muitos frios, que dificultam a existência de idosos e de uma juventude que no seu quotidiano procura nas escolas do concelho o aconchego, a paz e o saber que um dia será o instrumento maior para uma vida menos agreste.¹⁷⁹

Bragança é uma cidade de características medievais, de Torres e muralhas, conservando os muros legados pelos afonsinos. Distante dos grandes centros, gozando de uma atmosfera que a diferencia das grandes metrópoles, constitui-se como uma cidade âncora do nordeste transmontano, que em tempos também iniciou a sua atividade no Liceu Nacional de Bragança, por volta de 1969, e constitui-se em tempos o estabelecimento de ensino mais antigo da cidade.¹⁸⁰

No decurso da história as necessidades da formação tornaram-se emergentes face ao alargamento da oferta formativa, o que originou a criação de cursos profissionais, cursos de educação e formação e, mais recentemente os cursos vocacionais que proporcionam a

¹⁷⁴ Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EMÍDIO GARCIA, *Projeto Educativo*, Bragança, 201, 11.

¹⁷⁵ Cf. *Ibidem*, 12-13.

¹⁷⁶ Cf. *Ibidem*, 12.

¹⁷⁷ Cf. *Ibidem*, 13.

¹⁷⁸ Cf. *Ibidem*, 7.

¹⁷⁹ Cf. *Ibidem*, 8.

¹⁸⁰ Cf. *Ibidem*, 9.

formação necessária para a formação de valores, nomeadamente, do voluntariado, solidariedade e intervenção cívica – áreas em que o agrupamento se tem destacado.¹⁸¹

Apesar da população em termos socioeconómicos ser heterogénea, esta é constituída por uma diversidade de raças e de etnias que a tem tornado multicultural. Assim sendo, o agrupamento vê-se obrigado a oferecer alternativas ao currículo tamanho único, no segundo e terceiros ciclos, bem como, no ensino secundário.

O Projeto Educativo pretende estabelecer prioridades capazes de responder de forma eficaz e racional à conjuntura social e aos desafios académicos e culturais que se colocam aos diferentes atores do sistema educativo.

O Projeto Educativo visa privilegiar uma escola de relações humanas, ecológica e plural, onde cada membro se sinta parte integrante e com responsabilidade de desenvolver as suas competências de acordo com as suas circunstâncias decorrentes do tempo e do espaço em que se situa.

Deste modo, é importante estabelecer princípios globais, como é o caso do princípio da cidadania atuante, em que cada membro da comunidade educativa participe e transforme a sua realidade e o bem estar dos outros, o princípio da corresponsabilidade, no qual, cada indivíduo deve desempenhar devidamente a sua função, e ainda o princípio da (auto) – regulação, ou a capacidade de cada indivíduo ser reflexivo sobre as suas práticas e de criar mecanismos sobre a sua automotivação que ajudam à concretização dos seus objetivos/metas.¹⁸²

A concretização destes princípios é possível através do diálogo institucional e da cooperação entre os órgãos do agrupamento. Tendo em conta o trabalho satisfatório que se tem alcançado, é agora necessário estabelecer propostas de resolução para cada situação, em cada área de intervenção.

No Agrupamento é necessária a criação de uma identidade, que lhe permita assumir o papel da escola – sede, como agregador dos restantes ciclos e dinamizador de atividades.

Deve funcionar como articuladora entre os ciclos, de forma, a superar as dificuldades sentidas na transmissão da informação relativa aos alunos de cada ciclo. A imagem do agrupamento, deve assumir-se com alguma urgência, pois é importante a criação de um logótipo do agrupamento e a uniformização dos documentos, bem como, a definição de critérios uniformes para a elaboração de documentos administrativos e pedagógicos. Existe ainda a necessidade de aumentar as receitas próprias, através de campanhas de angariação de

¹⁸¹ Cf. *Ibidem*, 14.

¹⁸² Cf. *Ibidem*, 20.

bens, para disponibilizar às famílias do agrupamento o encaminhamento para instituições de solidariedade existentes no concelho.¹⁸³

No Jardim de Infância os sistemas informáticos carecem de software atualizado, novos computadores, quadros interativos, bem como, rede de internet. Existe a necessidade de criar mais necessidades, nas experiências, e no acesso aos laboratórios, de ciências naturais, de física e química com mais regularidade.¹⁸⁴

No Primeiro Ciclo existe uma demora na chegada dos materiais que pode ser evitada se os docentes laborarem atempadamente a lista de previsões de material. A indisciplina é uma das situações verificadas neste ciclo, que resultam, do contexto social, em que os alunos, se inserem, no entanto, o agrupamento, assenta na formação dos professores, assistentes operacionais e encarregados de educação, como forma de resolução.¹⁸⁵

No Segundo Ciclo, é espectável que os resultados da avaliação externa de português e matemática cresça entre um a dois por cento, através das práticas pedagógicas. Existem também comportamentos perturbadores, fruto das novas ofertas formativas, em que a resolução passa pela conjugação de sinergias das equipas pedagógicas e encarregados de educação, bem como, envolver a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a Escola Segura.¹⁸⁶

No Terceiro Ciclo o sucesso educativo é bastante satisfatório, contudo, considera-se necessário criar grupos de reflexão de professores que apresentem boas práticas em sala de aula e que elaborem planos de desenvolvimento de acordo com o perfil do aluno. Perante determinadas mudanças sociológicas no tecido social da cidade de Bragança, gerou-se a crescente preocupação da Escola em fazer o acompanhamento dos intervalos e dos espaços escolares dos alunos, de forma, a evitar qualquer comportamento menos cívico, que possa vir a existir.¹⁸⁷

No Ensino Secundário o sucesso educativo apresenta níveis que podem ser melhorados, através da diversificação dos apoios pedagógicos nas disciplinas, na constituição de salas de estudo e assente em propostas que os departamentos possam vir a apresentar. É importante gerar eficiência nas modalidades de avaliação, solicitando aos departamentos que criem instrumentos e descrevam estratégias que clarifiquem e objetivem a intervenção que cada professor realiza neste domínio. Os alunos do ensino secundário revelam uma participação muito reduzida na vida do agrupamento, como tal, propõe-se que se promovam ações no

¹⁸³ Cf. *Ibidem*, 31-33.

¹⁸⁴ Cf. *Ibidem*, 34.

¹⁸⁵ Cf. *Ibidem*, 35.

¹⁸⁶ Cf. *Ibidem*, 36.

¹⁸⁷ Cf. *Ibidem*, 37.

sentido de desenvolver competências ao nível dos valores cívicos e democráticos. Julgando-se ainda oportuno a integração de novos alunos. Por último, é pertinente que os alunos sejam apoiados no seu percurso pós-secundário, embora, já se tenham promovido ações em busca do primeiro emprego, e ensinamentos para uma eventual primeira entrevista ou como elaborar um currículo, contudo, propõe-se que seja criado um gabinete de apoio ao aluno, com um plano de atividades.¹⁸⁸

Após esta breve contextualização e caracterização do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia – Bragança, é pertinente destacar o Projeto Educativo, como um veículo vital na orientação de práticas educativas e referencial para o desenvolvimento de ações e objetivos, que a escola pública se propõe, domínio no qual se têm detetado melhoras, assegurando a estabilidade e a transparência.

1.2. Caracterização da Turma

Perante o elevado insucesso escolar registado nas escolas portuguesas torna-se imprescindível conhecer melhor os alunos e conseguir traçar, de um modo muito genérico, o seu perfil socioeconómico e cultural, de modo que seja possível compreender melhor o seu comportamento, as suas atitudes, os seus interesses, e os seus gostos. Para que, efetivamente, o processo *ensino-aprendizagem* consiga alcançar os objetivos a que se propõe, é pertinente a análise e a interpretação deste tipo de inquéritos.

A turma E, do segundo ciclo, do quinto ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, onde decorrem as aulas de Prática do Ensino Supervisionada, é exemplo do que foi descrito anteriormente. O primeiro contacto com a turma foi realizado através das informações e dos dados biográficos e estatísticos que o professor cooperante me disponibilizou quando da minha apresentação à turma. Apesar de ser um elemento importante para aquisição das características da turma, é de referenciar que o melhor conhecimento desta turma foi feito durante a lecionação em contexto de sala de aula.

Como é obrigatoriedade no Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, no início de cada ano letivo, é elaborada uma caracterização individual e descritiva dos alunos que compõem a turma, ao nível escolar e socioeconómico, por parte do diretor de turma, das informações provenientes dos processos individuais dos alunos, do projeto curricular da turma e das informações das fichas biográficas, mas sobretudo, como é regra neste agrupamento, das informações do professor primário do ano anterior obtidas no contacto com os encarregados de educação. Através das conclusões extraídas de tal análise, qualquer professor poderá orientar a sua prática letiva no sentido de maximizar o sucesso escolar do aluno, já que possui

¹⁸⁸ Cf. *Ibidem*, 38-39.

um conjunto de informações que lhe permite ir de encontro aos interesses, gostos e aptidões de cada discente. O professor poderá, por exemplo, diversificar as estratégias e materiais a utilizar, de modo a contemplar os diferentes perfis.¹⁸⁹

A turma descrita anteriormente é composta por vinte e um alunos, nove do género feminino e doze do masculino com idades compreendidas entre os dez e os doze anos, sendo onze anos a média de idades da turma. Um dos alunos não está inscrito na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

No caso da prática de ensino supervisionada, a lecionação em contexto de sala de aula não é feita, como normalmente acontece, durante um ano letivo, mas reduziu-se a cinco aulas de quarenta e cinco minutos. Todavia, este contacto com a turma serviu para demonstrar que na sua generalidade ela é participativa, empenhada e cumpridora das tarefas, resultando por vezes, nalguma instabilidade, ao quererem participar todos em conjunto. Estas situações rapidamente eram corrigidas com o exercício da “comparação boca ouvidos”, em que convidava os alunos a refletirem quantas bocas tinham e quantos ouvidos tinham, para demonstrar que teriam que ouvir mais e falar menos.

Contudo convém referir que estamos a descrever uma turma que transitou de ciclo, e a imaturidade, a infantilidade e o murmurinho estão por vezes bastantes presentes. A transição pedagógica de um professor único, no 1º ciclo, para um professor por disciplina, revela que os quatro anos do 1º ciclo, de uma monodocência, ainda estão muito enraizados com o porta lápis cheios de lápis, canetas, compasso e régua que muitas vezes são utilizados para uma breve distração, fruto da idade em que vivem.

A turma do 5º E, dada a sua facha etária, entre todos os recursos utilizados, demonstrou maior interesse pelos áudio visuais, já que atenção global dispensada aquando da sua visualização era notória com as interrogações e trocas de ideias.

No que diz respeito à interação entre os elementos da turma, foi possível constatar que é uma turma, na sua generalidade, cooperativa e solidária, demonstrando uma excelente afinidade entre os alunos e destes com os professores.

1.3. O estado, a liberdade de ensino e a disciplina de EMRC

1.3.1. O estado e a liberdade de ensino

¹⁸⁹ Informação disponibilizada pelo professor cooperante na reunião com o grupo de estágio após apresentação à turma.

Pela sua importância, para a vida do Homem, a educação encontra-se considerada no artigo 26º, da Declaração Universal dos Direitos do Homem¹⁹⁰ e nos textos que compõem as várias Constituições portuguesas.

A evolução do tratamento da educação nas Constituições portuguesas orientou-se sempre na mesma linha. Em 1838 o Estado garantia a instrução primária gratuita e em 1911, considerava-a não só gratuita, mas obrigatória. Neste período já se notava a tentativa de neutralidade em matéria religiosa, quer nas escolas públicas, quer em escolas particulares fiscalizadas pelo Estado.¹⁹¹ Deste modo, o Estado assume o papel de educador, fazendo já referência à liberdade de ensino.¹⁹²

A Constituição de 1933 apresenta-nos um dado importantíssimo:

“a educação e a instrução eram obrigatórias e pertenciam à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela”¹⁹³.

Esta ideia permanece até hoje. O número 5 afirma que os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos.¹⁹⁴ Deste modo, vamos ao encontro do número 3 do artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem,¹⁹⁵ e do artigo 67º na alínea c): “cooperar com os pais na educação dos filhos”¹⁹⁶.

A ideia de liberdade de ensino continua no artigo 43º (Liberdade de aprender e ensinar), da Constituição atual, nos números:

“1- é garantida a liberdade de aprender e ensinar; 2- o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas; 3- o ensino público não será confessional; 4- é garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas”¹⁹⁷.

¹⁹⁰ Cf. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, in *Constituição da República Portuguesa*, II Legislação complementar, Coimbra. Almedina, 2006, 138.

¹⁹¹ Cf. Jorge MIRANDA, “A liberdade de ensino nas Constituições portuguesas”, in *Pastoral Catequética*. Nº 6. Lisboa. 2006. SNEC, 29.

¹⁹² Cf. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, in *Constituição da República Portuguesa*, II Legislação complementar, Coimbra. Almedina, 2006, 11.

¹⁹³ Cf. MIRANDA, Jorge: “A liberdade de ensino nas Constituições portuguesas”, in *Pastoral Catequética*, Nº 6. Lisboa, 2006, 29.

¹⁹⁴ Cf. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, in *Constituição da República Portuguesa*, II Legislação complementar, Coimbra. Almedina, 2006, 23.

¹⁹⁵ Cf. *Ibidem*, 138.

¹⁹⁶ Cf. *Ibidem*, 38.

¹⁹⁷ Cf. *Ibidem*, 26.

Os três primeiros artigos do III Capítulo, “Direitos e deveres culturais”¹⁹⁸, da Constituição, levantam-nos algumas perguntas relativamente à liberdade de ensino e o Estado. O artigo 73º, Educação, cultura e ciência, refere no número 1:

“todos têm direito à educação e à cultura; no número 2 refere: o estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades”¹⁹⁹

O artigo 74º *Ensino*, afirma no número 1:

“que todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar; e no número 2 que é na realização da política de ensino incumbe ao Estado: assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito”²⁰⁰.

Por fim o artigo 75º, *Ensino público, particular e cooperativo*, esclarece:

“no número 1, que o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população; no número 2 - o Estado reconhece e fiscaliza o ensino particular e cooperativo, nos termos da lei”²⁰¹.

Deste modo, a liberdade de ensino está assegurada, nos textos da nossa Constituição, bem como a obrigação do estado em garantir os direitos, as liberdades e as garantias pessoais da educação.

Ao falarmos de liberdade de ensino teremos que abordar também o número 2, do artigo 26º, da Declaração Universal dos Direitos do Homem

“a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos”²⁰².

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*, 40.

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, 41.

²⁰⁰ Cf. *Ibidem*, 42.

²⁰¹ Cf. *Ibidem*, 43.

²⁰² Cf. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, in *Constituição da República Portuguesa*, II Legislação complementar, Coimbra, Almedina, 2006, 138.

Existe também a possibilidade do ensino particular e cooperativo, contudo, este não se deve confundir com ensino livre. Baseados nesta pluralidade de modelos de ensino, poderemos reconhecer o Estado como principal educador

A Constituição atual fala em liberdade de aprender e liberdade de ensinar. Ao refletirmos sobre esta matéria deparamo-nos com três aspetos fundamentais: o direito de escolha da escola; o direito de criação de escolas distintas das do Estado e a liberdade de professores e alunos na escola.²⁰³

O ensino público assume a regra da não confessionalidade²⁰⁴. No ensino particular e cooperativo pode haver a opção por esta ou aquela diretriz filosófica, estética, política, ideológica ou religiosa. Em suma, nas escolas públicas, o Estado deve abster-se de impor, e nas escolas particulares e cooperativas deve abster-se de impedir uma qualquer orientação confessional.²⁰⁵

Cada pessoa é única e tem um percurso próprio. Daí que o ideal seria um modelo em que a escola não substituiria a família, mas procuraria cooperar com ela.

Deste modo, ciente da dificuldade deste processo, talvez se pudesse falar em liberdade de ensino e Estado educador enquanto garante dos direitos, liberdades, garantias e deveres culturais, transformando a escola num espaço onde se aprende a viver com sentido.²⁰⁶

1.3.2. A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica

É no contexto do que foi apresentado no número anterior, que aparece o enquadramento escolar de todos os ciclos, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, que procura ir ao encontro da missão da família e ajudar os alunos no seu processo de crescimento, no seu desenvolvimento humano, apontando metas, para o sentido das suas vidas. Esta ajuda é feita à luz do evangelho, do Magistério da Igreja e da abertura ao religioso.

Apesar de a disciplina ser no programa do ensino português, uma tradição de várias décadas, sempre como oferta obrigatória facultativa, só a partir de 2002 é que houve uma consciencialização por parte da Conferência Episcopal Portuguesa, de abordar a disciplina na educação, através de uma carta sobre a “educação – direito e dever- missão nobre ao serviço

²⁰³ Cf. Jorge MIRANDA, “A liberdade de ensino nas Constituições portuguesas”, in. *Pastoral Catequética*. Nº 6. Lisboa. 2006. SNEC. 33.

²⁰⁴ Cf. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, in *Constituição da República Portuguesa*, II Legislação complementar, Coimbra, Almedina, 2006, 26.Art. 43, nº 3.

²⁰⁵ Cf. Jorge MIRANDA, *A liberdade de ensino nas Constituições portuguesas*. in. *Pastoral Catequética*. Nº 6. Lisboa. 2006. SNEC. 35.

²⁰⁶ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar na escola: Documentos do Magistério para a Educação*, Apresentação de D. António Baltasar Marcelino, Paulinas, 2007. 5.

de todos”²⁰⁷. Na mesma linha de 2002, em 2008 na reforma do novo programa de Educação Moral e Religiosa Católica e dos novos manuais da disciplina, a Igreja portuguesa aborda novamente o assunto, através de uma carta pastoral intitulada “A escola em Portugal, educação integral da pessoa humana”²⁰⁸

O novo programa de Educação Moral e Religiosa Católica, na linha dos documentos anteriores publicados, afirma que a disciplina, integrada no sistema educativo é uma coadjuvação para as necessidades resultantes da realidade social, para o pleno e harmonioso desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, incentivando à formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários”²⁰⁹.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica é deste modo oferecida a todos os alunos, pais e encarregados de educação crentes e não crentes, disponibilizando uma formação religiosa, mas também uma formação moral e cultural do indivíduo.²¹⁰ É por estes motivos que a disciplina deve estar incorporada nos currículos escolares, pois uma das missões da escola é a transmissão da cultura, da educação e da formação integral do indivíduo²¹¹ Para a transmissão destes valores são escolhidos professores, que sejam testemunhadores destes valores, e não simples pedagogos profissionalizados destes ensinamentos.²¹²

2. A UNIDADE LETIVA “A FAMÍLIA COMUNIDADE DE AMOR” DO 5.º ANO DE ESCOLARIDADE

2.1. A planificação

À luz do Magistério da Igreja e do novo programa de Educação Moral e Religiosa Católica, foi executada a planificação da Unidade Letiva nº 3 “A família comunidade de amor” e houve ainda o auxílio a duas temáticas, que serviram de apoio a toda a leção:

1. A família comunidade geracional de amor;
2. Os problemas sociais, políticos, e económicos que afetam os valores da família.

²⁰⁷ Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Moscavide, 2007.

²⁰⁸ Cf. CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A escola em Portugal: Educação integral da pessoa humana*, Lisboa, 2008, n.5.

²⁰⁹ Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Moscavide, 2014.

²¹⁰ Cf. CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Lisboa, 2006, 6.

²¹¹ Cf. *Ibidem*, 9.

²¹² Cf. *Ibidem*, 5.

Com base nestes dois conteúdos, planificou-se e executou-se a leção da unidade letiva “A família comunidade de amor”, adaptando os conteúdos programáticos aos cinco tempos letivos que foram atribuídos para trabalhar com a turma. Deste modo, primeiramente realizou-se um estudo e uma análise aprofundada de toda a unidade letiva, de modo, a poder seleccionar, num segundo momento, os conteúdos programáticos a lecionar, para que as metas propostas fossem alcançadas.

Assim sendo, posteriormente, organizou-se e planificou-se de acordo com os pontos acima apresentados, já que era importante a interpretação do conceito de família e dos diferentes tipos de organização familiar, para que, a partir daí, fosse possível compreender os problemas atuais, que afetam as estruturas familiares desde as crianças até aos idosos.

Como ponto de partida, foram tratados os conteúdos programáticos mais acessíveis, a importância do conceito de família e ao seu alcance social e religioso, pois revelaram-se mais acessíveis. Dentro desta temática foi importante aplicar a “*dinâmica da teia*”, para que os alunos compreendessem a importância dos laços familiares, através da imagem da passagem do fio por eles e, depois, com o corte do mesmo. A utilização desta dinâmica permitiu, ao mesmo tempo, perceber a importância dos laços familiares e o mal que estes causam quando são cortados.

Continuando nesta linha dos exemplos, e achando que era um elemento importante para aquisição de conhecimentos neste ano, na terceira aula utilizou-se a imagem da sagrada família, para que os alunos identificassem o principal “ícon” utilizado pela igreja, para falar do valor da família, com interpretação bíblica, através da elaboração de um puzzle.

Na última aula, prosseguindo com o tema da família, decidiu-se abordar o exemplo dos mais velhos, como veículos de experiência, na transmissão dos afetos, na história de vida e da cultura na vida familiar, nomeadamente na infância e na adolescência. A unidade concluiu-se, através da realização da dinâmica “tela de retalhos”, que serviu para que os alunos revivessem todos os conteúdos lecionados, ao longo da unidade e visa ainda valorizar o bom relacionamento familiar, e o dos próprios elementos da turma.

A elaboração desta unidade letiva foi planificada com o auxílio de outros meios, para além do manual do aluno²¹³, porque os alunos não o possuíam. Entre esses meios, saliento o recurso à multimédia, aos trabalhos práticos, que do meu ponto de vista reforçam a aquisição de conhecimentos.

²¹³ Cf. Jorge Paulo PEREIRA (coordenação.), *Nós e o Mundo, Manual do Professor EMRC, 6º Ano do Ensino Básico*, Fundação Secretariado da Educação Cristã, Lisboa, 2011.

Deste modo, tentei agilizar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem de forma diversificada, permitindo aos alunos serem, eles mesmos, edificadores da sua aquisição de conhecimentos.

Após esta síntese iremos passar à análise das planificações feitas para cada tempo letivo. Estas lecionações decorreram, às terças-feiras, durante os meses de janeiro e fevereiro, das 15:30h às 16:15h.

2.1.1. Aula n.º1, Início da unidade letiva “A família comunidade de amor” O conceito de família. Diferentes tipos de organização familiar

A primeira aula da Unidade Letiva, número três: “a família comunidade de amor” teve como principal objetivo apresentar aos alunos a temática da unidade. Desse modo, decidi para a primeira aula dispor a sala em forma de U, para que os alunos estivessem todos focados na centralidade da união familiar. Esta disposição serviu ao mesmo tempo para os alunos interagirem uns com os outros, sobre a importância da união familiar na dimensão do Homem, que seria explorada posteriormente, na dinâmica da teia. Desta forma, foi possível a participação de todos os agentes envolvidos na aula (professor e alunos).

Após o registo do sumário: *Início da unidade letiva “A família comunidade de amor”*. *O conceito de família. Diferentes tipos de organização familiar*, no caderno diário, iniciei um breve diálogo com os alunos, acerca da globalidade da unidade letiva e, de um modo específico, alertei-os para o significado da palavra “família”, através da dinâmica “chuva de ideias”. Posteriormente, iniciou-se a “dinâmica da teia” (com um novelo de lã), que, acompanhada da devida explicação, serviu ao mesmo tempo para explorar o conceito de família, através dos vários cruzamentos de linha, que os alunos criaram, e as suas fragilidades com o corte das mesmas em algumas partes. Esta atividade permitiu de forma simultânea fazer a apresentação dos alunos. Seguidamente, valendo-me do programa Power Point, do Office, e com a participação dos alunos, apresentei as várias tipologias das famílias nos nossos dias: agregado familiar isolado que pode ser constituído por um viúvo(a) sem filhos ou pessoa solteira, agregado familiar não conjugal que pode ser constituído por pessoas que residem juntas, agregado familiar simples que é a família nuclear ou conjugal como a conhecemos, agregado familiar extenso que é constituído por vários membros com diversos graus de parentesco, e o agregado familiar múltiplo, formado por um núcleo principal e por um núcleo secundário, para que os alunos possam compreender e distinguir as diferentes tipologias familiares.

Num segundo momento, é exposta a família quanto à sua parentalidade: as famílias monoparentais, formadas por um dos progenitores, as famílias biparentais, formadas pelos

dois progenitores, e por fim as famílias numerosas, constituídas por mais de três filhos. Para concluir esta exposição, foi sugerido aos alunos, que realizassem como trabalho de casa o exercício nº 1 da ficha 25 do caderno do aluno²¹⁴, visto que não houve tempo suficiente na aula. Contudo, os alunos ainda preencheram uma ficha de conhecimento individual, no final da aula, que me possibilitou conhecê-los um pouco melhor. Para concluir a aula, foi distribuída aos alunos, uma caderneta de registo de autoavaliação individual²¹⁵, com a devida descrição da sua finalidade, para que os alunos no final de cada aula, se autoavaliassem, segundo os parâmetros presentes na mesma. Esta atividade será uma realização constante, no final das cinco aulas que me foram atribuídas.

2.1.2. Aula n.º2 a importância do bem-estar familiar, para a função socializadora da família

Depois da planificação da primeira aula, e de assimilado o conceito de família, julguei importante destacar o bem-estar familiar, para a função socializadora da família.

As metas de aprendizagem, para esta segunda aula, assentaram no conhecimento do percurso da Igreja, e o seu contributo para a construção de uma sociedade mais justa, tal como sucedeu na primeira aula, e ainda o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, à luz da mensagem cristã.

A aula iniciou-se com o acolhimento dos alunos, seguindo-se a elaboração do sumário. Logo de seguida foi solicitado aos alunos, aleatoriamente, que sintetizassem a aula anterior, através da autoavaliação individual e que sublinhassem a ideia chave, que os marcou mais. Posteriormente, e como forma de relembrar se os conteúdos abordados na aula anterior foram assimilados e compreendidos, foi corrigida a ficha, que ficou para trabalho de casa. Optei por aplicar este método, porque o intervalo entre as aulas é de uma semana, o que pode levar os alunos ao esquecimento de conteúdos.

Após esta síntese, iniciamos a temática do sumário com a visualização de um vídeo, “O Orfanato”, que, devidamente orientado, proporcionou aos alunos a visualização de situações, em que é colocado em causa o bem-estar familiar e os obstáculos da função socializadora da família. O caso apresentado retratava duas crianças que tentavam, através de várias montras, escolher os pais ideais, já que os seus eram alcoólicos, mas tal como demonstrou o final do filme, tudo não passava de um sonho, porque os pais não são uma aquisição do “capricho”. Para reforçar esta temática, de seguida analisou-se um excerto da carta dos direitos da família,

²¹⁴ Cf. Anexo, Subsídio 1.

²¹⁵ Cf. Anexo, Subsídio 2.

promulgado pelo Pontifício Conselho para a Família, de 22 de outubro de 1993²¹⁶ e, juntamente com este texto, o artigo 67 da constituição portuguesa,²¹⁷ por ambos abordarem a importância da família e reconhecerem a família como principal estrutura da sociedade. Através de um diálogo orientado com os alunos, analisamos a obrigação dos estados contribuírem para a estabilidade familiar, e o papel da Igreja, através dos seus documentos, em alertar os estados para as suas funções.

Já na parte final da aula, os alunos visualizaram o vídeo, “ O farol”, que devidamente premeditado proporcionou aos alunos observarem a função socializadora da família e o bem-estar familiar, que, por sua vez, deve ser cumprido ao longo de toda a vida do ser humano.

Para concluir esta exposição, foi sugerido aos alunos, que realizassem como trabalho de casa a ficha 29, do caderno do aluno²¹⁸, visto que não houve tempo suficiente e que servirá como síntese para a próxima aula.

Posteriormente, e para concluir a aula, foi sugerido aos alunos que fizessem a sua autoavaliação e assinalassem a ideia chave que mais os marcou.

Como tarefa para a quarta aula, os alunos ficaram incumbidos de arranjar um pouco de tecido para a elaboração de uma atividade.

2.1.3 Aula n.º3 a família de Jesus de Nazaré

Na terceira aula desta unidade letiva, o objetivo central era conhecer a família de Jesus de Nazaré e o seu exemplo para as famílias em geral.

Iniciou-se a aula com o acolhimento dos alunos e depois realizou-se a elaboração do sumário: “a família de Jesus de Nazaré”. Seguidamente foi solicitado aos alunos, aleatoriamente, que sintetizassem a aula anterior, através da autoavaliação individual, e que sublinhassem a ideia chave, que os marcou mais. Posteriormente, foi corrigida a ficha que ficou para trabalho de casa, a qual serviu como reflexão da aula anterior e de ponto de partida para esta aula.

Como ponto de partida para a temática desta aula começamos por visualizar uma animação multimédia, “Palestina: a terra onde Jesus nasceu”²¹⁹, juntamente com um diálogo orientado com os alunos. Com esta metodologia, pretendi proporcionar aos alunos, a localização geográfica em que a família de Jesus viveu.

²¹⁶ Cf. Jorge Paulo PEREIRA (coordenação.), *Nós e o Mundo, Manual do Professor – EMRC, 6º Ano do Ensino Básico*, Fundação Secretariado da Educação Cristã, Lisboa, 2011,125.

²¹⁷ Cf. *Ibidem*, 126.

²¹⁸ Cf. Anexo, Subsídio 3.

²¹⁹ Cf. *Ibidem*, 120.

Depois da localização geográfica e valendo-me do programa Power Point, do Office, apresentei a família de Jesus (José, Maria e Jesus), desde a sua origem, passando pelo trabalho que realizavam até aos seus preceitos religiosos. Com isto, tentei proporcionar aos alunos um maior conhecimento desta família, embora eles já a conhecessem. De seguida, a partir do texto (Mt 1,18-25), devidamente cortado em várias peças, como é possível visualizar no anexo²²⁰, realizamos a elaboração de um puzzle. Esta atividade, dado o elevado número de alunos da turma, foi realizada por dois grupos, tendo aproveitado essa bipartição para desenvolver uma competição entre os dois grupos, tendo como meta “terminar em primeiro lugar”. Com esta atividade, foi possível concretizar uma dinâmica diferente, analisando um texto bíblico que aborda a família de Jesus, e ainda compreender a importância pessoal de Deus, como elemento fundamental da mensagem cristã, vivificando a sua importância na vida quotidiana, bem como valorizar a comunhão dos alunos para a vivência do amor, ao encontro dos valores da solidariedade e da cooperação. Dada a falta de tempo, a continuação do estudo do texto teve que ficar para a aula seguinte.

Como tarefa de casa, foi sugerido aos alunos que fizessem a sua autoavaliação e assinalassem a ideia chave, que os marcou mais.

As metas de aprendizagem para esta terceira aula, assentaram no conhecimento da mensagem da cultura bíblica e nos fundamentos da moral cristã.

2.1.4 Aula n.º4 os valores da vida familiar

O tema desta quarta aula foi “os valores da vida familiar”. Desde o início da planificação que ambicionava tratar numa das aulas este tema. O primeiro momento da aula começou com o acolhimento aos alunos, que, ao mesmo tempo, serviu para perguntar-lhes pelos pedaços de tecido solicitados na aula anterior. Logo de seguida, elaborou-se o sumário. Posteriormente, como é habitual, iniciou-se o momento de avaliação da aula anterior, através da caderneta de autoavaliação individual, e da ideia chave da aula anterior. Tendo em conta que a atividade do puzzle com o texto (Mt 1,18-25), iniciada na aula anterior ficou por concluir, houve necessidade de a terminar e de posteriormente explorar, juntamente com os alunos, a importância deste texto para a Igreja, porquanto o mesmo demonstra como foi o procedimento da formação da família de Jesus e a importância do “nome” dado a Jesus Cristo, fazendo ao mesmo tempo o paralelismo com a atribuição do nome que cada um recebe, o seu significado e a sua importância para a sociedade, pois é ele que distingue cada um de nós.

Na continuidade da aula, devidamente orientada, e socorrendo-me do programa *VCL media player*, os alunos visualizaram um vídeo com o mesmo tema do sumário: “os valores

²²⁰ Cf. Anexo, Subsídio 3.

da família”²²¹. Após a observação do vídeo foi possível destacar os valores do amor, comunhão, bem-estar, reconciliação, acolhimento, através de um diálogo compartilhado com os alunos. Como forma de fomentar estes valores nos alunos, solicitei-lhes que pegassem nos pedaços de tecido e transcrevessem um dos valores que considerassem mais relevante para descrever o verdadeiro afeto familiar.

As metas de aprendizagem nesta aula estiveram orientadas para o domínio da ética e da moral, tratando o amadurecimento e a responsabilidade da pessoa na comunidade e no mundo, e também na promoção do bem comum e nos cuidados com os outros. Através desta exposição, teórico prática também foi possível alcançar a meta do domínio da cultura cristã e visão cristã da vida.

Todavia, e como deve existir uma flexibilidade na organização da planificação e na posterior lecionação, na eventualidade de não conseguir cumprir os conteúdos propostos para a aula, iniciarei a aula que se segue com as temáticas pendentes, como ocorreu em aulas anteriores.

2.1.5 Aula n.º5, o lugar dos mais velhos no ambiente familiar

A última aula lecionada foi o culminar de uma caminhada, em que o objetivo foi tentar demonstrar a importância da família para a sociedade.

Como referi no subtítulo anterior, esta aula será uma continuidade da anterior, acrescentando meramente a temática dos idosos, que, para sociedade em geral, na maior parte das vezes, é um problema.

Ao contrário das outras aulas, a lecionação desta, decorreu em 90 minutos, tendo eu lecionado apenas nos segundos 45 minutos. Deste modo, a aula não começou com o habitual acolhimento, mas sim com um inovador momento de relaxamento e ainda um criativo e divertido quebra-cabeças. Após estas duas situações, elaboramos o sumário, seguido da avaliação da aula anterior. A partir dessa mesma avaliação, determinei com os alunos, uma síntese sobre o conteúdo da aula anterior.

Seguidamente, dei início à temática do respectivo sumário, recorrendo mais uma vez ao programa *VCL media player*. Os alunos visualizaram um vídeo, devidamente dirigido e designado: “a importância do idoso”, onde os mesmos assistiram às várias fases do crescimento humano, com relevância para a velhice precoce, e para aos diversos incidentes contra a dignidade das pessoas mais velhas.

Depois entreguei aos alunos, umas fotocópias com a história “filho és pai serás”²²² e fizemos a leitura e interpretação da mesma. Solicitei aos alunos que sublinhassem, no texto, as

²²¹ Cf. Anexo, Subsídio 4.

²²² Cf. Anexo, Subsídio 5.

palavras que não conhecessem e que assinalassem duas frases, onde estivesse presente uma atitude de respeito do filho para com o pai, e outra, que demonstrasse uma atitude de respeito do pai para com o filho. Questionei ainda os alunos sobre a correta atitude tomada pelo filho, e, por fim, coloquei-lhes um desafio maior, sugerindo-lhes que se colocassem no lugar do filho, como forma de entender a troca de papéis. Após esta reflexão, os alunos resolveram uma atividade com a ajuda de um conjunto de palavras e frases, sobre os seus comportamentos com os seus pais.

Depois de exposta e corrigida esta temática, socorri-me novamente do programa *Power Point*, no qual apresentei os valores da família, onde sugeri aos alunos que formassem duplas e escolhessem um dos valores que considerassem importantes para definir a verdadeira importância familiar e que o transcrevessem para a tela de retalhos. Esta atividade acabou por marcar a prática final do meu trabalho, com os alunos, nesta unidade letiva e ao mesmo tempo, uma reflexão/compromisso dos alunos para com este tema.

Na parte final da aula, pedi aos alunos que se auto avaliassem, sublinhassem e referissem a situação que mais os marcou.

Depois da exposição pormenorizada da unidade lectiva: “a família comunidade de amor”, passo apresentar os esquemas das planificações, das aulas lecionadas.

Nas planificações de cada aula, estão presentes os elementos fundamentais e estruturantes: as metas de aprendizagem, os objetivos a atingir, os conteúdos a desenvolver, as estratégias de ensino, os recursos, o tempo previsto, e os elementos da avaliação formativa. Além disso, está também presente o sumário de cada aula.

Aula n.º1 – Início da unidade letiva “A família comunidade de amor”. O conceito de família. Diferentes tipos de organização familiar.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento aos alunos (disposição da sala em U para uma melhor interação alunos-alunos e alunos-professor - Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno diário	5 min.	
SUMÁRIO: Início da unidade letiva “A família comunidade de amor”. O conceito de família. Diferentes tipos de organização familiar.						
Q. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo. (domínio <i>Ética e Moral</i>)	1. Motivar os alunos a adquirir e aplicar conhecimentos da aula no seu processo de avaliação.	- O significado da palavra «família» e o seu alcance social e religioso;	Diálogo com os alunos acerca da origem e do significado da palavra «família» Dinâmica da teia	Chuva de Ideias: O que é uma família?	5 min.	Participação ativa e organizada;
I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade. (domínio <i>Cultura cristã e visão cristã da vida</i>)	2. Identificar e compreender os vários modelos familiares 3. Verificar quais são os fatores, os efeitos e as fragilidades dos novos modelos familiares emergentes	- Organizar um universo de valores orientado para a autenticidade do valor da família. - Reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas de vida quotidiana. - Relacionamento com os outros com base nos princípios do respeito, da fraternidade e da cooperação.	É apresentado ao grupo um novelo de lã. O professor segura a ponta do novelo e lança o novelo para um aluno que se faz a sua apresentação. Após apresentação o aluno deve segurar o fio e enviá-lo novamente a outro colega A dinâmica termina quando todos tiverem se tiverem apresentado. - No final estará	Novelo de lã	10 min.	Respeito por mim e pelos outros; Atenção; Cumprimento das tarefas propostas; Autoavaliação individual.

		<p>Fragilidades familiares e ameaças à família, que vão contra os valores da família:</p>	<p>construída uma teia que servirá para explorar a fragilidade familiar.</p> <p>Apresentação do power point “A família hoje”</p> <p>Realização do exercício 1 da ficha 25.</p> <p>Entrega de uma caderneta individual onde os alunos deverão fazer a sua autoavaliação no final de cada aula desta unidade letiva.</p>	<p>Computador + videoprojetor</p> <p>Caderneta de registo de autoavaliação individual.</p>	<p>7 min</p> <p>8 min.</p> <p>10 min.</p>	
--	--	---	--	--	---	--

Aula n.º2 – A importância do bem estar familiar, para a função socializadora da família.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento aos alunos - Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno diário	5 min.	
SUMÁRIO: A importância do bem estar familiar, para a função socializadora da família.						
I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade. (domínio cultura cristã e visão cristã da vida)	1. Motivar os alunos a adquirir e aplicar conhecimentos da aula no seu processo de avaliação.	- O significado da palavra «família» e o seu alcance social e religioso;	- Diálogo relativo à utilização dada à caderneta (perguntar aos alunos da classificação com que se autoavaliaram na aula anterior, identificar a ideia chave dessa aula)	Caderneta de registo de autoavaliação individual.	3 min.	Autoavaliação individual.
	2. Reconhecer as diferentes funções da família.	- Organizar um universo de valores orientado para a autenticidade do valor da família.	- Reinício do trabalho a partir do ponto em que terminou a aula anterior (correção do exercício 1 da ficha 25).	Caderno de atividades.	5 min.	Participação ativa e organizada;
Q. Reconhecer, à luz da	3. Tomar conhecimento dos deveres da sociedade no objetivo de promover, proteger e consolidar a família na sua unidade e estabilidade através de medidas políticas, económicas sociais e jurídicas.	- Compreender a função humanizadora, socializadora e educativa, de afetividade, de proteção e interajuda da família.	- Visualização do vídeo O Orfanato https://www.youtube.com/watch?v=i46h9dAaDfo	Computador + videoprojetor	2 min	Respeito por mim e pelos outros;
	4. Reconhecer a família como uma estrutura fundamental da sociedade, a primeira sociedade natural, que tem como missão a transmissão da vida e a	- A família como a origem da vida humana e espaço onde se educa e cresce no amor, na intimidade, no respeito e na liberdade.	- Leitura do excerto Carta dos Direitos da Família, promulgada pelo Pontifício Conselho para a Família em 22 de outubro de 1983.	Manual pág. 125.		Atenção;
			- Leitura do artigo 67 da	Manual pág.	5 min	Cumprimento das tarefas propostas;

<p>mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. (domínio <i>Ética e Moral</i>)</p>	<p>educação dos filhos. É a primeira responsável pela integração dos seus membros na sociedade. (DSI)</p>		<p>Constituição da República Portuguesa.</p> <p>Em diálogo, concluir que os estados devem ajudar a garantir estabilidade familiar e que a igreja com os seus documentos reconhece a importância da família na sociedade.</p> <p>Visualização do vídeo O Farol</p> <p>Realização do exercício 1 e 2 da ficha 29.</p> <p>No final da aula, o professor solícita aos alunos que registem, a síntese da aula na caderneta do aluno – quer o registo individual da autoavaliação, quer de uma frase-síntese da aula.</p> <p>Tarefa para casa: Trazer um bocado de tecido com 20x20 cm</p>	<p>126.</p> <p>Computador + videoprojetor</p> <p>Caderno de atividades.</p> <p>Caderneta de registo de autoavaliação individual.</p>	<p>5 min</p> <p>3 min</p> <p>7 min</p> <p>5 min</p> <p>5 min</p>	
---	---	--	--	--	--	--

Aula n.º3 – A família de Jesus de Nazaré.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário				- Quadro e caneta - Caderno diário	5 min.	
SUMÁRIO: A família de Jesus de Nazaré						
F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas. (domínio Cultura cristã e visão cristã da vida)	1. Motivar os alunos a adquirir e aplicar conhecimentos da aula no seu processo de avaliação.	- A família de Nazaré: modelo de fidelidade e confiança em Deus, testemunho de relação de amor entre os seus membros.	- Diálogo relativo à utilização dada à caderneta (perguntar aos alunos da classificação com que se autoavaliaram na aula anterior, identificar a ideia chave dessa aula)	Caderneta de registo de autoavaliação individual.	3 min.	Autoavaliação individual.
	2. Reconhecer as diferentes funções da família.	- Compreender textos bíblicos que demonstram a importância pessoal de Deus como elemento fundamental da mensagem cristã, verificando a sua importância na vida quotidiana.	- Reinício do trabalho a partir do ponto em que terminou a aula anterior (correção do exercício 1 e 2 da ficha 29).	Caderno de atividades.	5 min.	Participação ativa e organizada; Respeito por mim e pelos outros;
	3. Saber localizar no mapa e entender o contexto histórico e as vivências socioeconómicas da Palestina.	- Mobilizar a comunhão das pessoas para a vivência do amor, ao encontro dos valores da solidariedade e da cooperação na vida familiar.	- Animação Multimédia Palestina: A terra onde Jesus nasceu. - Diálogo orientado com os alunos (visualizando o mapa da Palestina)	Computador + videoprojetor	7 min	Atenção; Cumprimento das tarefas propostas;
	4. Aprender alguns episódios da vida familiar de Jesus.	- José dá um nome a	- Apresentação PPT: A Família de Jesus de Nazaré. - Abordagem da citação	Computador + videoprojetor Peças com o	5 min 10 min	

<p>R. Identificar o fundamento religioso da moral cristã. (domínio <i>Ética e Moral</i>)</p>		<p>Jesus: Mt 5, 43-45.</p>	<p>bíblica Mt 1, 18-25: é proposto aos alunos que elaborem um puzzle dessa passagem. O professor apresenta ao grupo um conjunto de peças para os alunos elaborarem um puzzle. Propõe a elaboração de dois grupos e de seguida entrega-lhes o texto Mt 1, 18-25 em várias peças para os alunos elaborarem um puzzle.</p> <p>-Diálogo interpretação do texto Mt 1, 18-25 com os alunos</p> <p>- No final da aula, o professor solícita aos alunos que registem, a síntese da aula na caderneta do aluno – quer o registo individual da autoavaliação, quer de uma frase-síntese da aula.</p>	<p>texto – Mt 5, 43-45.</p> <p>Caderneta de registo de autoavaliação individual.</p>	<p>5 min</p> <p>5 min</p>	
---	--	----------------------------	--	--	---------------------------	--

Aula n.º4 – Os valores na vida familiar.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento aos alunos - Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno diário	5 min.	
SUMÁRIO: Os valores na vida familiar						
F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas. (domínio da cultura cristã e visão cristã da vida)	1. Motivar os alunos a adquirir e aplicar conhecimentos da aula no seu processo de avaliação.	- Compreender textos bíblicos que demonstram a importância pessoal de Deus como elemento fundamental da mensagem cristã, verificando a sua importância na vida quotidiana.	- Diálogo relativo à utilização dada à caderneta (perguntar aos alunos da classificação com que se autoavaliaram na aula anterior, identificar a ideia chave dessa aula)	Caderneta de registo de autoavaliação individual.	3 min.	Autoavaliação individual.
Q. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo. (domínio Ética e Moral)	2. Reconhecer as diferentes funções da família.	- José dá um nome a Jesus: Mt 5, 43-45.	- Reinício da citação bíblica Mt 1, 18-25: é proposto aos alunos que elaborem um puzzle dessa passagem. O professor apresenta ao grupo um conjunto de peças para os alunos elaborarem um puzzle. Propõe a elaboração de dois grupos e de seguida entrega-lhes o texto Mt 1, 18-25 em várias peças para os alunos elaborarem um puzzle.	Peças com o texto – Mt 5, 43-45.	10 min	Participação ativa e organizada; Respeito por mim e pelos outros;
P. Promover o bem comum e o cuidado do outro. (domínio Ética e Moral)	3.Promover os valores do amor, da comunhão e do bem do outro na vida familiar.	- Valorizar a comunhão de pessoas que vivem no amor;	- Retorno do diálogo e interpretação do texto Mt 1, 18-25 com os alunos			Atenção;
	4. Envolver os alunos no processo avaliativo através do seu desempenho na aula.	– Valorizar a relação vivida através do acolhimento cordial, do encontro com os outros, da gratidão, do diálogo e da solidariedade;	- Visualização do vídeo “Os valores da família”		5 min	Cumprimento das tarefas propostas;
		– Valorizar a				

		<p>reconciliação, compreensão, tolerância e o perdão;</p> <p>– Valorizar o respeito e promoção da singularidade pessoal.</p>	<p>www.youtube.com/watch?x-yt-ts=1422579428&v=bnu-EqBGd34&x-yt-cl=8511440</p> <p>A importância dos valores familiares para o bem estar familiar, os principais valores da família: - amor, comunhão, bem estar, reconciliação, acolhimento e comunhão.</p> <p>- Diálogo com os alunos sobre o tema exposto</p> <p>- Redigir uma expressão relacionada com os valores da vida familiar visualizada no filme. O professor entrega um pouco de tecido aos alunos onde eles tem que redigir a expressão. No final do trabalho o professor recolhe os tecidos e já com o trabalho realizado deixa cair os tecidos propositadamente.</p> <p>- Faz analogia com a importância dos valores da família</p> <p>- No final da aula, o professor solícita aos alunos que registem, a síntese da aula na caderneta do aluno – quer o registo individual da autoavaliação, quer de uma frase-síntese da aula.</p>	<p>Computador + videoprojetor</p> <p>Tecido + Caneta</p> <p>Caderneta de registo de autoavaliação individual.</p>	<p>8 min</p> <p>9 min</p> <p>5 min</p>	
--	--	--	---	---	--	--

Aula n.º5 – O lugar dos mais velhos no ambiente familiar

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento aos alunos - Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno diário	5 min.	
SUMÁRIO: O lugar dos mais velhos no ambiente familiar						
J. Descobrir a simbólica cristã. (domínio da cultura cristã e visão cristã da vida)	1. Motivar os alunos a adquirir e aplicar conhecimentos da aula no seu processo de avaliação.	- Compreender a importância dos idosos no ambiente familiar através dos princípios de cooperação, solidariedade, dignidade humana e do amor. Art. 72 da Constituição da República Portuguesa (Terceira Idade)	- Diálogo relativo à utilização dada à caderneta (perguntar aos alunos da classificação com que se autoavaliaram na aula anterior, identificar a ideia chave dessa aula)	Caderneta de registo de autoavaliação individual.	3 min.	Autoavaliação individual.
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro. (domínio Ética e Moral)	2. Reconhecer as diferentes funções da família.	- Valorizar a comunhão de pessoas que vivem no amor;	- Apresentação do vídeo: “A importância do Idoso” www.youtube.com/watch?v=BfHwNj6PINw	Computador + videoprojetor	4 min	Participação ativa e organizada; Respeito por mim e pelos outros;
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo. (domínio Ética e Moral)	3. Compreender a participação e a corresponsabilidade dos mais velhos na transmissão geracional dos afetos no ambiente familiar.	- Valorizar a relação vivida através do acolhimento cordial, do encontro com os outros, da gratidão, do diálogo e da solidariedade;	- Leitura e interpretação orientada da história: “Filho és, Pai serás...”	Fotocópias	8 min	Atenção; Cumprimento das tarefas propostas;
	4. Promover os valores do amor, da comunhão e do bem do outro na vida familiar.	- Valorizar a reconciliação,	- Assinalar no texto o momento que consideram importante - Realização do exercício sobre o texto analisado	Fotocópias	8 min	
	5. Envolver os alunos no processo avaliativo através do seu		- Apresentação do Power	Computador		

	desempenho na aula.	<p>compreensão, tolerância e o perdão;</p> <p>- Valorizar o respeito e promoção da singularidade pessoal.</p>	<p>point: “síntese dos valores familiares”.</p> <p>- Realização da atividade tela de retalhos, dos valores visualizados no Power Point.</p> <p>O professor pede aos alunos que em grupos de dois, ordenadamente, os alunos escrevam um dos valores apresentados no Power Point e o seu nome na tela de retalhos.</p> <p>Esta atividade sintetizará os valores familiares que os alunos deverão adquirir e compreender</p> <p>- No final da aula, o professor solícita aos alunos que registem, a síntese da aula na caderneta do aluno – quer o registo individual da autoavaliação, quer de uma frase-síntese da aula.</p>	<p>+ Videoprojetor Programa: PowerPoint.</p> <p>Tecido + Caneta</p> <p>Caderneta de registo de autoavaliação individual.</p>	<p>6 min</p> <p>7 min</p> <p>3 min</p>	
--	---------------------	---	---	--	--	--

CONCLUSÃO

Este trabalho é uma reflexão teológica, pedagógica e didática sobre a unidade letiva, “ A família comunidade de amor”, contudo, um novo caminho se inicia e novas portas se abrem rumo à vida profissional, tão ambicionada. Foi um caminho árduo, com muitas veredas, onde o desânimo por vezes falava mais alto do que a vontade de vencer. Porém, este sacrifício serviu para adquirir novas competências e saberes perante os novos requisitos que a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e as exigências escolares da atualidade exigiam.

Esta reflexão permitiu-me reconhecer limitações e retificá-las, através de novos desafios teológicos e da investigação realizada, recorrendo à lecionação como forma de descobrir estratégias e metodologias, que me permitissem enriquecer e fortalecer o meu processo pedagógico.

Na realização de todo este processo, não posso deixar de recordar aquele episódio marcante do aluno que perdeu o pai e perdeu o conceito de família. Após esta constatação fáctica e pessoal da vida, creio que o amor de Deus pai, elemento fundamental da família, deverá, após as nossas conversas, tê-lo compensado. A este aluno devo a definitiva opção por este trabalho, pois foi, através dessas conversas, que tudo se proporcionou para esta caminhada.

Jornada esta que contou com ajuda da família, dos amigos, dos meus colegas de escola e como não podia deixar de ser dos colegas de estágio e dos professores orientadores.

A concretização deste trabalho, elaborado através de um estudo teológico e de uma aplicação prática do mesmo, poderá constituir um meio de auxílio para a lecionação da unidade lectiva, “ A família comunidade de amor”, do quinto ano de escolaridade, para os docentes de Educação Moral e Religiosa Católica, mas também poderá ser um alerta para a necessidade de harmonização familiar e para o bem-estar dos mais débeis, numa sociedade em constante exigência.

O processo de ensino aprendizagem é uma necessidade humana visando conferir às pessoas meios e instrumentos para a promoção de interação, comunicação e participação com vista a aplicar os seus conhecimentos e a superar os seus problemas e bloqueios, quando ocorrem. Apesar de só no corrente ano me ter inserido no papel paradoxal de aluno/docente, este último papel é o que me permite observar as minhas limitações, os meus medos e os meus anseios.

Deste modo, podemos concluir que, aos olhos de Deus, todos somos alunos, até Jesus Cristo o foi, entregando a sua vida por nós. Esta perspectiva deve também fazer parte das uniões familiares, através da ligação entre homem e mulher e entre pais e filhos. Do mesmo modo deve esta imagem estar presente nas escolas, e de um modo especial nos docentes de Educação Moral e Religiosa Católica, comprometendo-se em projetar a solidariedade em vez do individualismo, a união, o diálogo e a fé, pois existe a urgência em dar o devido destaque à família dos tempos de hoje como “tesouro da sociedade”.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica.

1) Magistério da Igreja

BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est* (25 de Dezembro de 2005), in AAS 98 (2006).

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2ª ed. Gráfica de Coimbra, 2000.

CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, Braga, 1997.

CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965), in AAS 58 (1966), 1025-1115.

CONCÍLIO VATICANO II, Declaração *Dignitatis Humanae* (7 de dezembro de 1965), in AAS 58 (1966).

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Carta sobre a recepção da comunhão Eucarística por parte dos fiéis divorciados re-casados (14-IX-1994), in: AAS 86 (1994) 974-979.

JOÃO PAULO II, *Carta do Papa às famílias*, Apostolado da Oração, Braga, 1994.

JOÃO PAULO II, *Diálogo com os Homens*, Edições 70, Lisboa, 1991.

JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (22 de novembro de 1981), in AAS 74 (1982).

RITUAL ROMANO. *Celebração do Matrimónio*, (Preliminares) 3ª edição, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2002.

III ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, *Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização*, Documento preparatório, Vaticano 2014, Paulinas.

III ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, *Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização*, Documento Final, Vaticano 2014, Paulinas.

2) Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Escola em Portugal - Educação integral da Pessoa Humana*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2008.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar na escola: Documentos do Magistério para a Educação*, Apresentação D. António Baltasar Marcelino, Águeda, Paulinas Editora, 2007.

3) Outras referências bibliográficas

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EMÍDIO GARCIA, Projeto Educativo, Bragança, 2014.

ALVES, Herculano, “A família no Antigo Testamento”, in *Bíblica*, série científica, XXIII, 23, 2014, 31-72.

ALVES, Herculano, *A instituição familiar na bíblia*, *Bíblica*, in *Bíblica*, série científica, I, 1, 1993, 5-32.

AZNAR GIL, Federico, *Derecho Matrimonial Canónico*, Vol. I, Cánones 1055-1094, Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, 2001.

CARREIRA DAS NEVES, Joaquim, “Jesus pregou contra a família?”, in *Communio*, 2005, XXII, 77-85.

CARVALHO, José Carlos, “A novidade de Jesus sobre a família”, in *Bíblica*, série científica, Ano XXIII, Nº23, 2014, 97-111.

CÓDIGO CIVIL, 6º Ed. Porto Editora, Porto, 2013.

COMENTÁRIO EXEGÉTICO AL CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO, Vol. III, Ediciones Universidad de Navarra, Pamplona, 2002.

COUTO, António, “Homem e mulher os criou”, in *Communio* 10 (1993) 215-216.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, in *Constituição da República Portuguesa*, II Legislação complementar, Coimbra, Almedina, 2006.

DUQUE, João, “Família cristã – que futuro?”, in *Bíblica*, série científica, Ano XXIII, Nº23, 2014.

FRIES, Heinrich, “Teología Fundamental”, in *Sacramentum Mundi*, Enciclopédia teológica, Vol. VI Barcelona, Editorial Herder, 1974.

KASPER, Walter, “Acompañamiento pastoral de los divorciados, carta pastoral”, In *Ecclesia*, 2705 / II (1994), 1514-1526.

KASPER, Walter, *El evangelio de la familia*, Tradução de José Pérez Escobar, Maliaño: Sal Terrae, 2014.

LEANDRO, Maria Engrácia, “Transformações da família na história do ocidente”, in *Theologica*, 2ª série, fasc.1, 2006, 51-74.

LEANDRO, Maria Engrácia, “Famílias: Visão Panorâmica sobre os resultados do último censo”, in *Communio*, ANO XXII Nº1, 2005, 5-21.

LEANDRO, Maria Engrácia, *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Universidade Aberta, Lisboa, 2001.

LOMBARDIA, Pedro, *Código de Direito Canónico Anotado*, tradução portuguesa de José A. Marques, Braga, 1997.

LÓPEZ GUZMÁN, Maria Dolores, “Mucho más que entregarse” in *Salterae*, 2011, 1158, 565-578.

MARQUES, José António Gomes da Silva, *Direito Sacramental II*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2001.

MIRANDA, Jorge: “A liberdade de ensino nas Constituições portuguesas”, in *Pastoral Catequética*. Nº 6. Lisboa. 2006.

NETO, Abílio, *Código Civil Anotado*, Ediforum, Lisboa, 2013.

NUÑEZ, Ángel González, *A vida de casal na bíblia*, São Paulo, Lisboa, 1995.

PEREIRA, Jorge Paulo (coordenação), *Nós e o Mundo, Manual do Professor EMRC, 6º Ano do Ensino Básico*, Fundação Secretariado da Educação Cristã, Lisboa, 2011.

PÉREZ, Gonzalo Aranda, *Varon Y Mujer. La Respuesta de la Biblia*, Ediciones Rialp, Navarra, 1991.

RAHNER, Karl, *Curso fundamental sobre la fe: introducción al concepto de cristianismo*. Barcelona: Editorial Herder, 2007.

ROUSSEL, Louis, “Le futur de la familie”, in *Conference Proceedings actes de la conférence, Luxemburg, du 27 au 29 de novembre*, Luxemburg, Eurostat, 185-230.

ROUSSEL, Louis, “O futuro da família”, in *Sociologia - Problemas e práticas*, nº11, 1992, 165-179.

SCHKOEL, Luis Alonso, *Bíblia do Peregrino*, (Comentário Exegético), Paulus, 2002.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2014.

SULLEROT, Evelyne, *Que pais? Que Filhos?*, Relógio D’agua, Lisboa, 1993, 183.

4) Netgrafia

<http://www.aemidiogarcia.pt/index.php/aeeg>.

<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+bruta+de+nupcialidade-530>.

<http://www.pordata.pt/Portugal/Numero+de+divorcios+por+100+casamentos-531>.

<http://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+de+maes+residentes+em+Portugal+total+e+for+a+do+casamento>.

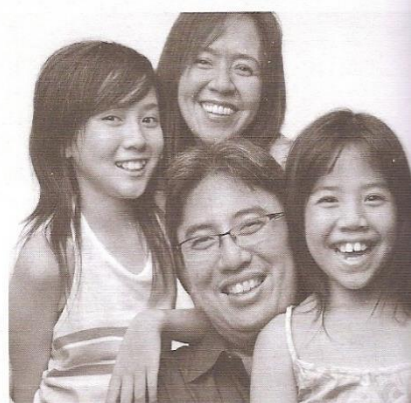
ANEXOS

Apresenta-se, de seguida, alguns dos recursos didáticos e pedagógicos integrados na lecionação da Unidade Letiva “A família comunidade de amor”. Fazem parte de um conjunto mais vasto disponibilizado, integrando o dossier de estágio.

FICHA 25

Consulta o texto «O que é uma família?» (MA 106-108) e resolve os exercícios.

1 Encontra e assinala na sopa de letras graus de parentesco.



2 Estabelece a relação correta entre as **tipologias familiares** (coluna A) e as suas características (coluna B), registando o número no espaço em branco respetivo.

A	B
<p>1 – Monoparentais</p> <p>2 – Biparentais</p> <p>3 – Famílias numerosas</p>	<p>___ a) A tutela e educação dos filhos está a cargo de um dos progenitores.</p> <p>___ b) Os dois progenitores vivem em conjunto e partilham a tutela e educação dos filhos.</p> <p>___ c) Famílias formadas apenas por um dos progenitores.</p> <p>___ d) Famílias com mais de três filhos.</p> <p>___ e) Os pais partilham normalmente a mesma habitação com os filhos.</p>

Subsídio 2

Unidade Letiva: A família, comunidade de amor



A minha **CADERNETA** de avaliação das aulas de **EMRC**

2014/2015




EMRC

Deus não escolhe os capacitados, capacita os escolhidos.

Fazer ou não fazer algo do depende da nossa vontade e perseverança

Albert Einstein

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL



Nome: _____ Turma: ____ Nº

Data de nascimento: ____/____/____ email:

Morada: _____

Em casa, depois de cada aula vou refletir e assinalar com um X a minha classificação de 1 a 5, mediante, o que eu aprendi em cada aula de EMRC.

Domínios avaliar	Classificação				
Fui responsável e empenhado?	1	2	3	4	5
Como foi o meu comportamento na aula?	1	2	3	4	5
Como foi o meu interesse na aula?	1	2	3	4	5
Participei e tive iniciativa na aula?	1	2	3	4	5
A minha nota da aula de hoje é?	1	2	3	4	5
O que mais me marcou na aula de hoje?					

Domínios avaliar	Classificação				
Fui responsável e empenhado?	1	2	3	4	5
Como foi o meu comportamento na aula?	1	2	3	4	5
Como foi o meu interesse na aula?	1	2	3	4	5
Participei e tive iniciativa na aula?	1	2	3	4	5
A minha nota da aula de hoje é?	1	2	3	4	5
O que mais me marcou na aula de hoje?					

Domínios avaliar	Classificação				
Fui responsável e empenhado?	1	2	3	4	5
Como foi o meu comportamento na aula?	1	2	3	4	5
Como foi o meu interesse na aula?	1	2	3	4	5
Participei e tive iniciativa na aula?	1	2	3	4	5
A minha nota da aula de hoje é?	1	2	3	4	5
O que mais me marcou na aula de hoje?					

Domínios avaliar	Classificação				
Fui responsável e empenhado?	1	2	3	4	5
Como foi o meu comportamento na aula?	1	2	3	4	5
Como foi o meu interesse na aula?	1	2	3	4	5
Participei e tive iniciativa na aula?	1	2	3	4	5
A minha nota da aula de hoje é?	1	2	3	4	5
O que mais me marcou na aula de hoje?					

Domínios avaliar	Classificação				
Fui responsável e empenhado?	1	2	3	4	5
Como foi o meu comportamento na aula?	1	2	3	4	5
Como foi o meu interesse na aula?	1	2	3	4	5
Participei e tive iniciativa na aula?	1	2	3	4	5
A minha nota da aula de hoje é?	1	2	3	4	5
O que mais me marcou na aula de hoje?					

Pais e Filhos

Filhos, em nome da vossa fé no Senhor, obedçam aos vossos pais, pois assim é que deve ser.

O primeiro dos mandamentos que leva consigo uma promessa é: «Respeita o teu pai e a tua mãe.» E a promessa é esta: «Assim serás feliz e gozarás duma longa vida sobre a terra.»

Pais, não irriteis os vossos filhos. Mas eduquem-nos com disciplina e equilíbrio, em nome do Senhor

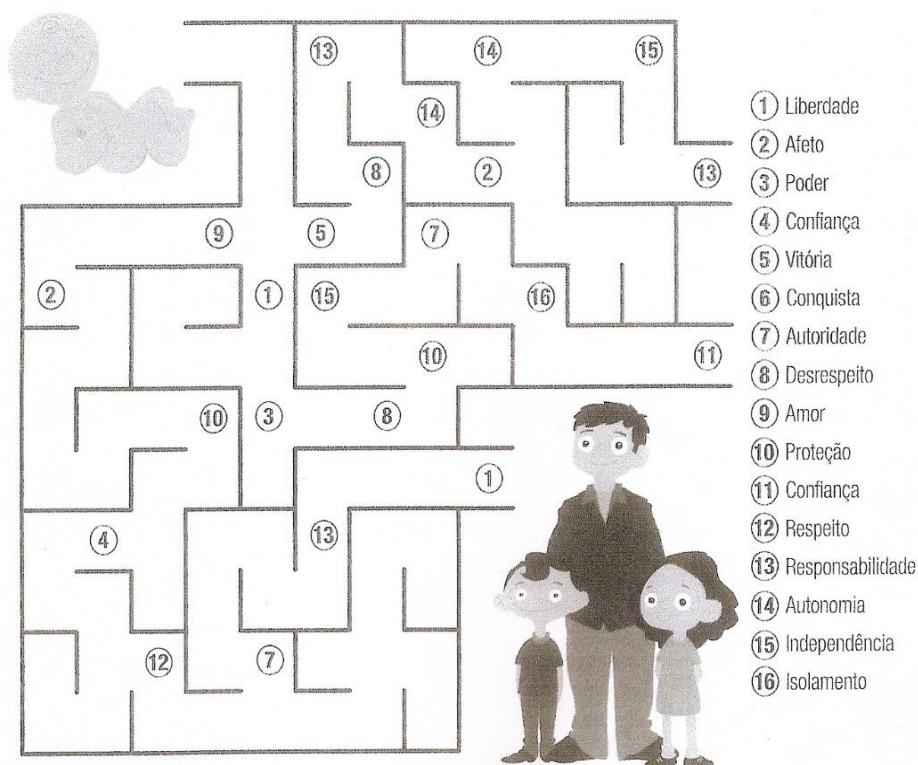
Ef 6, 1-4

Subsídio 3

FICHA 29

Consulta o texto «Função socializadora da família» (MA 122-124) e resolve os seguintes exercícios.

- 1 A família é o lugar adequado à transmissão da vida. Encontra, no labirinto, o caminho que conduz a criança desde o espaço familiar até à inserção na sociedade.



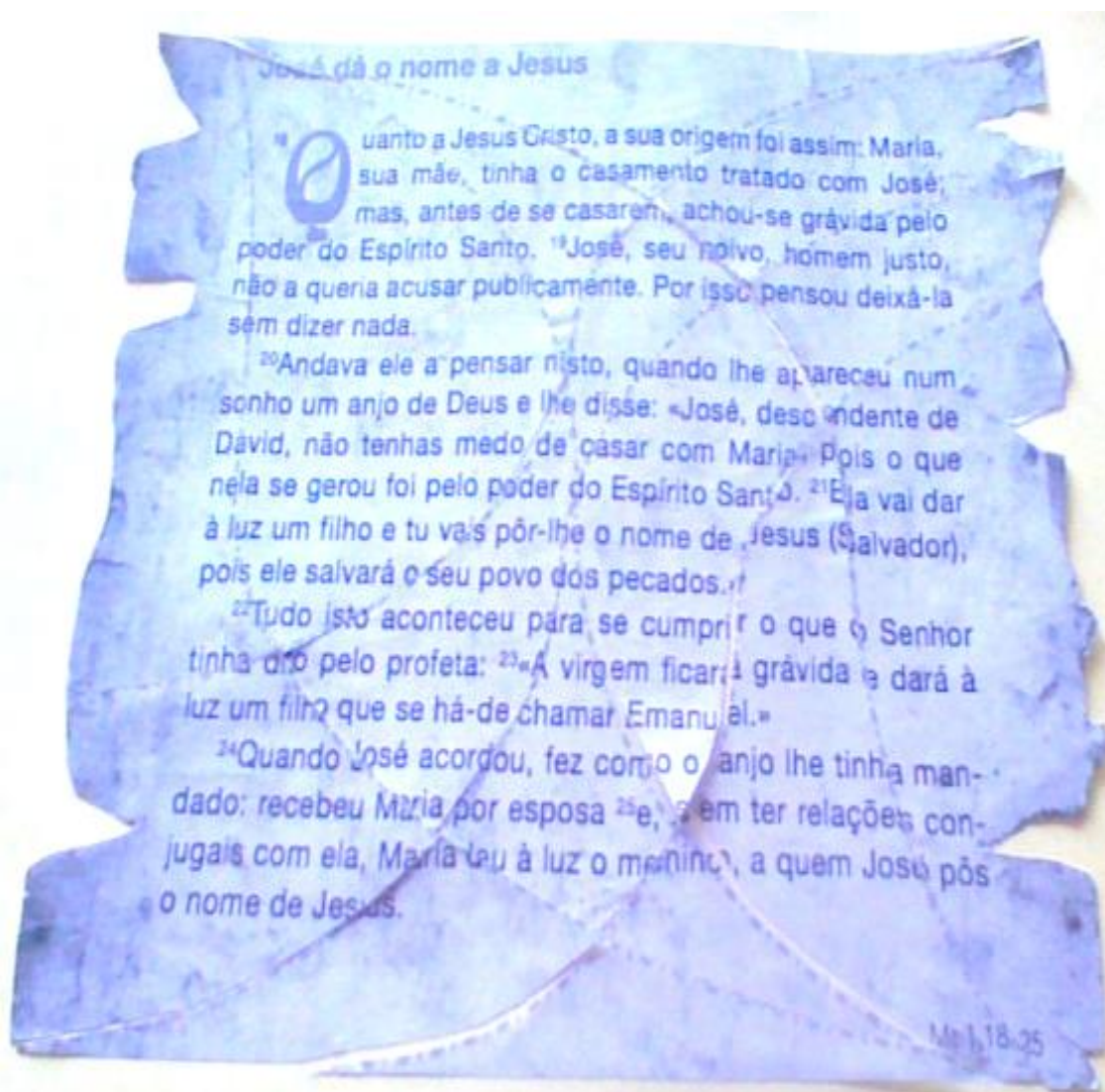
1 Liberdade
2 Afeto
3 Poder
4 Confiança
5 Vitória
6 Conquista
7 Autoridade
8 Desrespeito
9 Amor
10 Proteção
11 Confiança
12 Respeito
13 Responsabilidade
14 Autonomia
15 Independência
16 Isolamento

- 2 Tendo em conta a função socializadora da família, assinala com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações seguintes.

A autoridade dos adultos deve contribuir para

- a) os mais jovens adquirirem segurança.
 b) o desenvolvimento da obediência sem reservas na criança.
 c) a orientação no processo de crescimento da criança.
 d) o crescimento harmonioso da criança.
 e) a negação do espírito crítico nos jovens.

Subsídio 4



Subsidio

5



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de Escolas
Emídio Garcia de
Bragança
Escola Paulo Quintela
Ano letivo 2014/2015

“Filho és, Pai serás...”

Em tempos que já lá vão, era costume nalgumas terras os filhos levarem os pais velhos, que já não podiam trabalhar, para um monte e deixarem-nos lá morrer de fome.

Ora uma vez um rapaz, segundo aquele costume, levou o pai às costas, pô-lo no monte e deu-lhe uma manta para ele se resguardar do frio até morrer. O velho disse para o filho:

- Trazes uma faca?

- Trago, senhor; para que o quer?

- Olha, corta ao meio a manta que me dás e leva metade para te embrulhares quando o teu filho te trazer para aqui.

O rapaz considerou; tomou outra vez o pai às costas e voltou com ele para casa.

Assim acabou aquele maldito costume.

(Contos Populares)

1. Sublinha no texto a lápis as palavras que não conheces o significado.
2. Sublinha no texto a caneta azul uma frase que nos mostre que o filho soube *respeitar* o pai.
3. Sublinha no texto a caneta de outra cor uma frase que mostre que o pai soube respeitar o filho.
4. Achas correta a atitude tomada pelo filho?
5. Imagina-te no lugar do filho. Como terias agido?

Depois daquilo que aprendemos, procura executar a seguinte tarefa:

Completa as frases através das palavras que te são dadas, tendo em atenção que deves colocar uma letra em cada espaço.

1. Quando sinto que tenho dificuldades procuro a _____ dos meus pais.
2. Procuro sempre _____ aos meus pais, mesmo que sejam duros comigo.
3. Ainda que eu tenha razão _____ facilmente as opiniões dos meus pais.
4. Mostro sempre _____ para ajudar os meus pais.
5. Sempre _____ as tradições da minha família.
6. Quando sinto que os meus pais têm alguma dificuldade procuro sempre _____ com eles.
7. Entre pais e filhos a _____ deve estar sempre presente, quer nos bons, quer nos maus momentos.
8. Dispensar sempre bastante _____ aos conselhos dos meus pais.

Respeito

Obedecer

Colaborar

Disponibilidade

Partilhe

Atenção

Caridade

Ajuda

